

Filipa Lourenço Romano

**AS 'CONVERSAS INFORMAIS' EXTRAPROCESSUAIS  
COMO MEIO DE PROVA EM PROCESSO PENAL**

Dissertação com vista à obtenção do grau de mestre

Orientadora: Doutora Maria Teresa Pizarro Beleza,  
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

FEVEREIRO DE 2015

***Declaração de Compromisso de Anti Plágio***

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Cascais, 16 de Fevereiro de 2015

---

## Resumo

Na presente dissertação, questiona-se qual o tratamento a dar às chamadas “conversas informais”, em especial entre suspeito ou arguido e OPC. Procura-se compreender se os OPC podem depor sobre o seu conteúdo, revelando factos que aqueles possam ter partilhado com eles, bem como sobre meios de prova que possam ter obtido através dessas declarações.

Em primeiro lugar, faz-se uma breve apresentação do conceito de “conversas informais” e da grande variedade de situações que pode englobar: intra ou extraprocessuais; anteriores ou posteriores à constituição de arguido.

Em segundo lugar, analisam-se alguns dos princípios e regimes envolvidos nesta controversa questão: princípios relativos à estrutura, à organização e à dinâmica processual; princípios relativos à produção e à apreciação da prova na audiência de julgamento; princípios relativos à promoção do processo e à atuação dos OPC; o estatuto processual do arguido; o regime da leitura de declarações em audiência de julgamento; o regime do depoimento indireto.

Em terceiro lugar, faz-se uma excursão pela extensa jurisprudência que existe sobre as ditas “conversas informais” e temas adjacentes, analisando-se os casos mais significativos e as respetivas argumentações, assim como as opiniões doutrinárias. Procura-se compreender a evolução, ao longo das últimas duas décadas, das várias posições relativas ao tratamento a dar aos vários casos em que podem ocorrer as ditas “conversas informais” e em que se questiona a admissibilidade de depoimento por parte de OPC.

A final, defende-se uma diferença no tratamento a dar aos depoimentos de OPC em função de se referirem a declarações anteriores ou posteriores à constituição de arguido. Entende-se o momento da constituição de arguido como um momento, uma linha de fronteira na admissibilidade das “conversas informais”, pois é a partir daí que as declarações só podem ser recolhidas, e valoradas, nos estritos termos

indicados na lei, sendo irrelevantes todas as conversas, ou quaisquer outras provas, recolhidas informalmente.

A respeito do caso específico do depoimento sobre a reconstituição do facto, dado o elevado grau de dificuldade em separar as contribuições do arguido que podem ser consideradas indispensáveis e outras que podem ser de uma utilidade mais reduzida, mas ainda assim relevantes, oferece-se apoio à classificação das contribuições do arguido como incindíveis da reconstituição, podendo esta ser reproduzida e valorada sem restrições na audiência de julgamento.

## Abstract

In the present thesis, we examine the approach to the so-called “informal conversations”, especially between a suspect or defendant and criminal police authorities. Our goal is to understand if criminal police authorities are allowed to testify about the content of these conversations, revealing facts that the suspect or defendant may have shared with them, as well as about evidence that they may have acquired through these statements.

Firstly, we briefly present the notion of “informal conversations” and the great variety of situations they may encompass: intra or extra-procedural; prior or subsequent to someone acquiring the status of defendant.

Secondly, we analyse some of the principles and rules that are involved in this controversial issue: principles concerning the procedural structure, organization and dynamic; principles concerning the production and assessment of evidence in the trial hearing; principles concerning the prosecution and the powers of criminal police authorities; the procedural status of the defendant; the rules concerning the reading of statements in the trial hearing; the rules concerning hearsay testimonies.

Thirdly, we go through the great amount of case law on the so-called “informal conversations” and related matters, analysing the most relevant cases and the arguments that sustain them, as well as the legal literature. Our goal is to understand the evolution, throughout the last two decades, of the different opinions regarding the approach to the various situations in which “informal conversations” may occur and in which the admissibility of a testimony by criminal police authorities is questioned.

Finally, we defend a different approach for testimonies by criminal police authorities prior and subsequent to someone acquiring the status of defendant. We see the moment when someone acquires the status of defendant as a border area in the admissibility of “informal conversations”, because from then on the statements

have to be collected and assessed according to the law, so all the other conversations (or any other evidence) collected informally are irrelevant.

As to the specific case of the testimony about the re-enactment of the crime, given the high degree of difficulty in separating the defendant's contributions that may be considered essential and those that may be considered less useful, but still relevant, we support the qualification of the defendant's contributions as inseparable from the re-enactment, allowing it to be replicated and assessed in the trial hearing with no restrictions.

## Índice

Modo de citar e outros esclarecimentos.....	9
Abreviaturas e siglas.....	10
Introdução .....	12
<b>I. Delimitação de conceitos.....</b>	<b>15</b>
1. Existência ou inexistência de “conversas informais”; Obrigação ou não de redução a auto .....	15
2. “Conversas informais” intra ou extraprocessuais.....	18
3. “Conversas informais” anteriores ou posteriores à constituição de arguido..	19
<b>II. Princípios e regimes envolvidos .....</b>	<b>21</b>
1. Princípios relativos à estrutura, à organização e à dinâmica processual .....	21
2. Princípios relativos à produção e à apreciação da prova na audiência de julgamento .....	22
3. Princípios relativos à promoção do processo e à atuação dos OPC.....	24
4. Estatuto processual do arguido.....	26
5. Regime da leitura de declarações em audiência de julgamento .....	30
6. Regime do depoimento indireto .....	35
<b>III. Admissibilidade ou inadmissibilidade de depoimento de OPC.....</b>	<b>46</b>
1. Depoimento sobre factos de que tenham conhecimento direto .....	46
2. Depoimento sobre “conversas informais” .....	52

a) Proibição de valoração de “conversas informais” anteriores e posteriores à constituição de arguido.....	53
b) Permissão de valoração de “conversas informais” anteriores à constituição de arguido e proibição de valoração de “conversas informais” posteriores à constituição de arguido.....	59
3. O caso específico do depoimento sobre a reconstituição do facto.....	61
Conclusões.....	66
Bibliografia .....	70
Lista de Jurisprudência .....	75



## Modo de citar e outros esclarecimentos

As monografias serão citadas com referência ao(s) autor(es), título da obra, volume, edição, editora, local de edição, ano e página(s). Após a primeira citação, referir-se-ão apenas o(s) autor(es), o título de modo abreviado, o volume e a(s) página(s). Caso haja mais de dois autores, a partir da segunda citação referir-se-á apenas o primeiro, seguido da expressão *et al.*

Os artigos serão citados com referência ao(s) autor(es), título do artigo, título da revista ou livro, número, ano e página(s). Após a primeira citação, referir-se-ão apenas o(s) autor(es), o título do artigo de modo abreviado e a(s) página(s).

A jurisprudência será referida com indicação do Tribunal, da data do acórdão e do sítio da internet ou publicação onde este pode ser encontrado (título, número, ano, tomo e página(s)). Após a primeira referência, referir-se-ão apenas o Tribunal, a data do acórdão e a(s) página(s). Salvo indicação em contrário, a jurisprudência pode ser consultada em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Em relação aos acórdãos disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), a indicação do número do processo e do relator será feita a final na Lista de Jurisprudência.

A legislação, salvo menção em sentido diverso, encontra-se disponível em [www.dre.pt](http://www.dre.pt). Caso não se indicar de outra forma ou tal não resultar do sentido do texto, toda a legislação mencionada refere-se à sua última atualização, conforme as respetivas alterações até ao presente.

Caso não se indique o contrário ou se tal não resultar do sentido do texto, a referência a disposições normativas tem-se como sendo ao Código de Processo Penal.

Far-se-ão as abreviaturas referidas para não sobrecarregar o texto com notas demasiado extensas e por economia de espaço, dado o limite de 200.000 caracteres.

Indica-se o total de caracteres do presente trabalho: 137.957.

## Abreviaturas e siglas

Ac. – Acórdão

Art. – Artigo

Arts. – Artigos

BMJ – Boletim do Ministério da Justiça

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

CJ – Colectânea de Jurisprudência

CJ (STJ) – Colectânea de Jurisprudência. Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça

CPP – Código de Processo Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

DRE – Diário da República Eletrónico

GNR – Guarda Nacional Republicana

LOIC – Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, alterada pela Lei n.º 34/2013, de 16 de Maio)

MP – Ministério Público

N.º – Número

OPC – Órgão(s) de Polícia Criminal

P. e. – Por exemplo

PJ – Polícia Judiciária

RPCC – Revista Portuguesa de Ciência Criminal

Ss. – Seguintes

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TC – Tribunal Constitucional

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

## Introdução

A presente dissertação é apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Questiona-se qual o tratamento a dar às chamadas “conversas informais”, em especial entre suspeito ou arguido e OPC. Poderão ou não estes depor sobre o seu conteúdo, revelando factos que aqueles possam ter partilhado com eles (p.e., uma confissão)? E ainda, como questiona DAMIÃO DA CUNHA<sup>1</sup>, poderão prestar depoimento sobre meios de prova que possam ter obtido através dessas declarações ou haverá uma proibição?

No Capítulo I, procurar-se-á definir brevemente o conceito de “conversas informais” e apresentar a grande variedade de situações que pode englobar.

Segundo DÁ MESQUITA, o conceito de “conversas informais”, a que este autor chama “declarações não processuais” ou “extraprocessuais”, inclui “informações transmitidas pelo arguido fora de um quadro da actividade processual em sentido funcional” e “actos externos do arguido que não integrem o conceito de declarações intencionalmente dirigidas aos agentes das instâncias formais de controlo, ainda que na actividade de investigação”<sup>2</sup>.

Nas palavras de FRANCISCO DE ALMEIDA GARRETT, trata-se de “uma modalidade de interrogatório sub-reptício que contende com o chamado princípio da lealdade, pois subtrai-se às regras próprias do interrogatório e, claro, realiza-se sem que o indiciado seja advertido do seu direito ao silêncio”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações na audiência de julgamento (arts. 356.º e 357.º do CPP)”, in *RPCC*, Ano 7, 3.º Fascículo, 1997, p. 429.

<sup>2</sup> PAULO DÁ MESQUITA, *A prova do crime e o que se disse antes do julgamento*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, p. 570.

<sup>3</sup> FRANCISCO DE ALMEIDA GARRETT, *Sujeição do Arguido a Diligências de Prova e Outros Temas*, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2007, p. 38, nota de rodapé 52.

Assim, estas conversas são sempre distintas das declarações do arguido enquanto meio de prova, sempre formais, reduzidas a auto e prestadas segundo o disposto nos artigos 140.º e ss. e 343.º e ss..

É de grande utilidade o conjunto de casos exemplificativos reunidos pela doutrina, pois esta temática tem sido bastante abordada pelos nossos Tribunais, sendo inúmeras as situações em que podem ter lugar estas “conversas informais”. Atente-se, nomeadamente, aos elencados pelos MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO<sup>4</sup>, por MAIA GONÇALVES<sup>5</sup>, por PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE<sup>6</sup>, por SIMAS SANTOS E LEAL-HENRIQUES<sup>7</sup> e por VINÍCIO RIBEIRO<sup>8</sup>.

No Capítulo II, o foco recairá sobre o facto de a discussão em torno da temática das “conversas informais” se suscitar sobretudo em relação a conversas havidas entre suspeito ou arguido e OPC. Estes são indubitavelmente os casos com maior relevância prática e objeto de maior controvérsia na doutrina e na jurisprudência. É claro que nestas interações existem posições e interesses processuais conflituantes, pelo que é essencial ter em conta o estatuto processual do arguido e os princípios que regem a atuação dos OPC e as suas consequências nesta matéria. Estão também diretamente envolvidos neste tema alguns princípios fundamentais do nosso Processo Penal, em especial quanto à produção de prova na audiência de julgamento.

Sendo a teoria dos sujeitos processuais e princípios fundamentais temas de grande complexidade, não poderá, por razões de economia de espaço, ser feita uma

---

<sup>4</sup> MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO, *Código de Processo Penal, Comentários e notas práticas*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 349-350, 895-897 e 899-900.

<sup>5</sup> MANUEL LOPES MAIA GONÇALVES, *Código de Processo Penal Anotado*, 17.ª edição, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 359-360 e 808-813.

<sup>6</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, 4.ª edição atualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, pp. 923-924.

<sup>7</sup> M. SIMAS SANTOS E M. LEAL-HENRIQUES, *Código de Processo Penal Anotado*, volume I, 2.ª edição, Rei dos Livros, Lisboa, 2004, pp. 714-718; *Código de Processo Penal Anotado*, volume II, 2.ª edição, Rei dos Livros, Lisboa, 2000, pp. 399-406 e 408-411.

<sup>8</sup> VINÍCIO A. P. RIBEIRO, *Código de Processo Penal, Notas e Comentários*, 2.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 365-372 e 981-991.

sua análise em profundidade. Assim, será feita uma breve explicação dos princípios e regimes relevantes em função da compreensão do ponto sob discussão.

No Capítulo III, será feita uma excursão pela extensa jurisprudência que existe sobre as ditas “conversas informais” e temas adjacentes. Analisar-se-ão alguns dos casos mais significativos e respectivas argumentações, a fim de compreender a evolução ao longo das últimas duas décadas das várias posições relativas ao tratamento a dar aos vários casos em que podem ocorrer as ditas “conversas informais” e em que se questiona a admissibilidade de depoimento por parte de OPC.

A final, serão extraídas algumas conclusões.

Sublinhe-se que serão apenas tidos em conta comportamentos não violadores da integridade física e moral da pessoa humana. Qualquer meio de prova obtido através de tais meios não poderá ser utilizado, de acordo com o regime das provas proibidas do artigo 126.º, não se fazendo aqui uma análise de tal invalidade e respectivas consequências.

## I. Delimitação de conceitos

### 1. Existência ou inexistência de “conversas informais”; Obrigação ou não de redução a auto

O conceito de “conversas informais” prende-se com o facto de não serem respeitados os requisitos dos artigos 140.º e ss. e 343.º e ss., daí decorrendo a “informalidade” daquelas, independentemente da questão que se pode colocar de haver ou não uma obrigação de redução a escrito em cada caso concreto.

DAMIÃO DA CUNHA<sup>9</sup> põe em causa a própria existência de “conversas informais” e, na senda do Acórdão do STJ de 29.01.1992<sup>10</sup>, rejeita a possibilidade de haver conversas entre arguido e OPC (ou outras entidades processuais) que possam ser consideradas “informais”.

Naquele acórdão, o Tribunal refere uma obrigação de os OPC carream para o processo todos os elementos que lhes advenham das declarações dos arguidos, para negar perentoriamente a admissibilidade de depoimento de OPC acerca de “conversas informais”, sustentando que estas “não podem ser apreciadas pelo Tribunal, nem mesmo através da referência à sua existência (...), em virtude de tais conversas passarem a ser dados de facto não carreados para os autos quando o deveriam ter sido e, como tal, incognoscíveis”<sup>11</sup>.

Aderindo a esta posição, DAMIÃO DA CUNHA entende que os OPC devem reduzir a auto todas as declarações do arguido. Caso contrário, existirá uma margem para os OPC decidirem quais as declarações do arguido que deverão e quais as que

---

<sup>9</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, pp. 423-432.

<sup>10</sup> Acórdão do STJ, de 29.01.1992, *in* *CJ*, Ano XVII, Tomo I, pp. 20 e ss..

<sup>11</sup> Acórdão do STJ, de 29.01.1992, p. 22.

não deverão constar em auto, discricionariedade que este autor não aceita que seja concedida.

Na base da sua argumentação está, em primeiro lugar, o especial estatuto processual do arguido e a consideração de cada declaração deste como um ato processual, sempre sujeito a valoração. As exigências de esclarecimento e liberdade do arguido em relação ao que declara nunca permitiriam que houvesse umas conversas mais e outras menos “importantes”, antes devendo ser todas formais e formalizadas.

Defende ainda este autor, a propósito do estatuto processual do arguido, e com apoio nos artigos 356.º, n.º 7, aplicável às declarações do arguido por remissão do atual artigo 357.º, n.º 3, e 357.º, n.º 1, al. a), que permite a reprodução ou leitura de declarações anteriormente feitas pelo arguido no processo a sua própria solicitação, que a referida discricionariedade “não só consubstancia uma fuga a uma proibição de leitura, como, por outra via, preclui a possibilidade de uma permissão de leitura, expressamente prevista na lei e estabelecida como modo de exercício de um direito de prestar declarações do arguido”<sup>12</sup>.

Em segundo lugar, DAMIÃO DA CUNHA apoia-se no facto de a atuação dos OPC estar funcionalmente dependente e sob direta direção do MP para negar a existência de um poder de definição de declarações formais ou informais. Defende o autor que os OPC se devem pautar pelos mesmos critérios que o MP e, portanto, que aqueles têm a obrigação de recolher declarações do arguido de carácter formal<sup>13</sup>.

DAMIÃO DA CUNHA<sup>14</sup> e GERMANO MARQUES DA SILVA<sup>15</sup> invocam o brocardo *quod non est in auto, non est in mundo*<sup>16</sup> para afastar a admissibilidade de “conversas informais”, entendendo que quaisquer conversas mantidas com o arguido que não sejam carreadas para o processo serão sempre incognoscíveis. No mesmo sentido

---

<sup>12</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 428.

<sup>13</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 427.

<sup>14</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 426.

<sup>15</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, volume II, p. 231.

<sup>16</sup> “O que não está nos autos não está no mundo”.



segue também VINÍCIO RIBEIRO<sup>17</sup>, que considera que as “conversas informais” serão conversas não reduzidas a auto, e, portanto, processualmente inexistentes.

Em resumo, para quem defende esta opinião, as declarações do arguido não reduzidas a escrito não podem ser apreciadas pelo Tribunal “em virtude de tais conversas passarem a ser dados de facto não carreados para os autos quando o deveriam ter sido e, como tal, incognoscíveis”<sup>18</sup>.

CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA<sup>19</sup> concorda que a falta de redução a escrito de conversas que o arguido mantenha no contexto de diligências processuais e que estejam sujeitas por lei a uma obrigação de redução a auto implica a impossibilidade de serem utilizadas enquanto prova.

Porém, este autor concebe a existência de “conversas informais” que não constem em auto e em relação às quais não haverá, à partida, impedimento a que possam ser utilizadas como prova, posição a que se adere. Incluem-se aqui as conversas que tenham lugar no contexto de diligências processuais, meios de obtenção de prova, atos processuais de ordem material ou de investigação “no terreno”, ou ações de prevenção e manutenção da ordem pública, que não estejam sujeitas ao princípio da oralidade e que tenham “autonomia técnico-jurídica e fenoménica”<sup>20</sup> dentro do processo.

Acrescente-se que antes de existir um processo em curso, as obrigações de redução a escrito existentes serão as referentes ao auto de notícia (artigo 243.º) e ao relatório de diligências previsto no artigo 253.º. Apenas posteriormente, com o início de um processo, surge uma obrigação mais generalizada de redução a auto, desde logo das diligências de prova realizadas na fase de inquérito, exceto nos casos em que o MP o julgue desnecessário (artigo 275.º).

---

<sup>17</sup> VINÍCIO A. P. RIBEIRO, *Código de Processo Penal, Notas e Comentários*, p. 982.

<sup>18</sup> Acórdão do STJ, de 29.01.1992, p. 22.

<sup>19</sup> CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, “Depoimento indirecto e arguido”, pp. 178-181.

<sup>20</sup> CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, “Depoimento indirecto e arguido”, p. 181.

## 2. “Conversas informais” intra ou extraprocessuais

Importa desde logo distinguir entre “conversas informais” intra e extraprocessuais, pois a resposta à questão da admissibilidade ou inadmissibilidade de depoimento acerca da realização e do conteúdo daquelas pode variar em função de as conversas terem ocorrido no âmbito de um processo que esteja em curso (antes, durante ou após atos de ação preventiva ou de investigação, meios de obtenção de prova ou outras diligências processuais) ou fora de um contexto processual (antes, durante ou após a prática do crime).

Tome-se como exemplo o caso de um arguido em prisão preventiva que tenha de se deslocar ao hospital. O preso preventivo poderá trocar palavras com o guarda prisional que o acompanha ao hospital, ou com um enfermeiro que o assiste. Estas serão consideradas “conversas informais” extraprocessuais, pois não se inserem em atividades de cariz processual, ainda que exista um processo em curso. Ou seja, ainda que decorra um processo, qualquer conversa não será necessariamente tida como intraprocessual.

Saliente-se que, sendo embora ambos casos de “conversas informais” extraprocessuais, não se pode deixar de as considerar como situações distintas, em virtude de um OPC desempenhar um papel determinado no Processo Penal. Ou seja, é por razão do exercício das funções que lhe são atribuídas no contexto de um dado processo que tal conversa se torna possível, ao contrário do que sucede no caso da interação com o enfermeiro<sup>21</sup>, a que se pode chamar “conversa informal” extraprocessual *tout court*. Também se podem reconduzir a este último conceito um outro tipo de situações a que CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA<sup>22</sup> se refere, em que os OPC contactam com factos fora das suas funções oficiais, enquanto cidadãos, sem que tenham qualquer conhecimento ou suspeita em relação ao crime em causa.

---

<sup>21</sup> A este propósito, refira-se o Acórdão do TRC, de 18.06.2003, *in CJ*, Ano XXVIII, Tomo III, pp. 51 e ss., caso em que um enfermeiro presencia conversas entre OPC e arguido (antes da sua constituição como tal) no hospital para onde este havia sido conduzido na sequência de um acidente de viação objeto de processo-crime.

<sup>22</sup> CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, “Depoimento indirecto e arguido”, *in Revista do CEJ*, n.º 2, 2005, p. 176.

Quanto às “conversas informais” consideradas intraprocessuais, são-no por existir uma ligação com atos de investigação, meios de obtenção de prova ou outras diligências com autonomia processual. Uma situação típica e com grande relevância prática, debruçando-se a jurisprudência sobre vários destes casos, reporta-se a conversas mantidas no âmbito de uma reconstituição do facto. Note-se que existe uma distinção entre declarações que podem ser consideradas parte integrante da reconstituição e conversas que apenas têm lugar por ocasião da realização daquele meio de prova.

### 3. “Conversas informais” anteriores ou posteriores à constituição de arguido

As ditas “conversas informais” tanto podem ter lugar antes como depois da constituição de arguido, distinção que poderá ter relevo na resposta a dar à questão da admissibilidade ou inadmissibilidade de depoimento sobre a sua realização e conteúdo.

Exemplos do primeiro caso poderão ser conversas tidas com um suspeito logo no local da infração e imediatamente após a sua ocorrência, ou no hospital para onde este tenha sido conduzido na sequência de um acidente de viação que seja objeto de um processo<sup>23</sup>, ou uma confissão de um suspeito no contexto de uma reconstituição realizada imediatamente antes da sua constituição como arguido, precisamente com o fim de obter fundamento suficiente para tal<sup>24</sup>.

Situações de “conversas informais” ocorridas em fase posterior à constituição de arguido poderão ser quaisquer conversas tidas por ocasião de diligências

---

<sup>23</sup> Será exemplo desta situação a factualidade relatada no Acórdão do TRC, de 18.06.2003, pp. 51 e ss..

<sup>24</sup> Será exemplo desta situação a factualidade tratada nos Acórdãos do TRC, de 12.11.2003, e do STJ, de 22.04.2004.

processuais, por exemplo no posto policial ou no tribunal, enquanto o arguido aguarda a realização da diligência.

Ocorrerem conversas antes da constituição formal de arguido não implica que elas tenham de ser consideradas como extraprocessuais apenas pelo facto ainda não existir um processo em curso. De facto, tais conversas podem ter lugar durante a investigação do facto que irá originar um processo penal, casos em que serão consideradas intraprocessuais. Assim como pode, por outro lado, dar-se o caso de existir uma “conversa informal” extraprocessual depois de já se ter procedido à constituição de arguido.

## II. Princípios e regimes envolvidos

### 1. Princípios relativos à estrutura, à organização e à dinâmica processual

O nosso Processo Penal está constitucionalmente vinculado a uma estrutura acusatória (artigo 32.º, n.º 5, da CRP). A CRP não define estrutura acusatória, mas esta implica, em termos genéricos, algumas características.

Deve existir uma separação entre as fases e os seus titulares: na fase de inquérito, o MP dirige a investigação e procede à acusação; na fase de julgamento, o juiz dirige a audiência e julga. O juiz não é, porém, apenas um “árbitro”, totalmente passivo e dependente dos impulsos processuais das partes, pois detém poderes de investigação, podendo tomar iniciativas para descoberta da verdade (nomeadamente, nos termos do artigo 340.º). Mas o juiz não será também um investigador, pois estes poderes estarão sempre limitados pelo objeto do processo, apenas podendo visar esclarecer a verdade material dentro do que lhe é apresentado no caso pela acusação a nível probatório. Ou seja, o juiz está tematicamente vinculado ao conteúdo da acusação. Assim, diz-se que o nosso Processo Penal tem uma estrutura basicamente acusatória integrada pelo princípio da investigação (expressão apresentada e desenvolvida por FIGUEIREDO DIAS<sup>25</sup>).

A nossa estrutura acusatória não pode ser considerada como pura, designadamente porque o nosso processo não é só um processo de partes, mas sim de sujeitos processuais, tendo de estar garantidos os seus direitos e deveres e o princípio do contraditório.

---

<sup>25</sup> JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Processual Penal*, reimpressão da 1ª edição (1974), Coimbra Editora, Coimbra, 2004, pp. 58-73 e 239-266; JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, “Os princípios estruturantes do processo e a revisão de 1998 do Código de Processo Penal”, in *RPCC*, Ano 8, 2.º Fascículo, 1998, pp. 202-213.

Como bem salienta DAMIÃO DA CUNHA, um dos pontos de que depende a passagem de um processo de estrutura inquisitória para um processo de estrutura acusatória ou para um processo misto é uma definição clara dos direitos e deveres dos diferentes sujeitos processuais. Relativamente ao arguido, é importante a distinção entre “sujeito processual (em que o direito a prestar declarações assume particular relevo) e (...) «objecto» de prova (e o inerente conjunto de medidas processuais a que pode ser submetido)”<sup>26</sup>.

É o juiz que dirige a audiência, mas todos os sujeitos processuais podem intervir e participar na própria decisão, de acordo com o princípio do contraditório, consagrado no artigo 327.º para a fase de julgamento. Pode reconduzir-se o princípio do contraditório a certos direitos das partes: o direito à informação, pois é essencial conhecer o processo para tomar decisões esclarecidas e fundamentar posições; o direito de audiência antes de ser tomada uma decisão final; o direito a participar ativamente em atos processuais, em especial na produção de prova; e o direito a impugnar decisões tomadas no processo<sup>27</sup>.

## 2. Princípios relativos à produção e à apreciação da prova na audiência de julgamento

Como nota TERESA BELEZA, “o nosso sistema é o da admissibilidade de qualquer meio de prova e de toda a forma da sua obtenção – a não ser que alguma lei expressamente a exclua”<sup>28</sup>. Assim, no nosso CPP vigora um princípio de liberdade de prova dentro da legalidade (artigo 125.º). Ou seja, os factos probandos poderão ser demonstrados através de qualquer facto probatório que se revele idóneo para tal, desde que o meio de prova utilizado se inscreva num dos regimes regulados

<sup>26</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 434.

<sup>27</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, Aulas de Direito Processual Penal, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 09.11.2010.

<sup>28</sup> MARIA TERESA PIZARRO BELEZA, “«Tão amigos que nós éramos»: o valor probatório do depoimento de co-arguido no Processo Penal português”, in *Revista do Ministério Público*, n.º 74, Abril-Junho de 1998, p. 40.

nos artigos 128.º e ss.. O essencial é que não subsista qualquer dúvida no espírito do julgador, devendo a prova cumprir requisitos de legalidade, idoneidade, fiabilidade e credibilidade, não existindo à partida vinculação de certos factos probandos a certos meios de prova, nem hierarquia entre estes (sentido que se pode também inferir do disposto no artigo 127.º)<sup>29</sup>.

A produção de prova deve ser feita ao abrigo de determinados princípios que vigoram plenamente na fase de julgamento. Refiram-se como fundamentais os princípios da imediação (artigo 355.º), da oralidade, da publicidade (artigo 206.º da CRP e artigo 321.º do CPP) e da livre apreciação pelo tribunal (artigo 127.º do CPP).

Impõe o artigo 355.º que, em regra, as provas tenham de ser prestadas em audiência para poderem valer em julgamento. Ainda que haja também registos documentais das ocorrências, na audiência de julgamento privilegia-se a oralidade e o tribunal tem de ter contacto direto com todos os meios de prova na audiência, já que vai decidir somente em função da prova que tiver sido produzida perante si e os outros sujeitos processuais. Nas fases preliminares não há imediação e os atos são, em regra, escritos. Quaisquer provas produzidas nestas fases terão de ser reduzidas a auto para que possam vir a valer além dessas fases, pois apenas quando forem lidas em audiência poderão influenciar a decisão do juiz.

O juiz irá apreciar a prova “segundo as regras da experiência e a livre convicção” (artigo 127.º), que, nas palavras de TERESA BELEZA, significa que o tribunal tem “liberdade de decidir segundo o bom senso e a experiência de vida, temperados pela capacidade crítica de distanciamento e ponderação dada pelo treino profissional”<sup>30</sup>. A letra deste artigo não deve ser interpretada como uma remissão para o subjetivismo ou o livre arbítrio, pois existe sempre um dever de fundamentação objetiva da prova e da sentença (previsto, em geral, no artigo 97.º, n.º 5, e em particular para a sentença, no artigo 374.º, n.º 2).

---

<sup>29</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, Aulas de Direito Processual Penal, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 09.11.2010 e 11.11.2010.

<sup>30</sup> MARIA TERESA PIZARRO BELEZA, “«Tão amigos que nós éramos» (...)”, p. 40.

### 3. Princípios relativos à promoção do processo e à atuação dos OPC

Embora não tenham estatuto de sujeito processual, os OPC não devem ser considerados como meros participantes no processo, mas sim como intervenientes com um determinado interesse e papel processual, pois são órgãos coadjuvantes do sujeito processual MP, que atuam sob a direção e na dependência funcional deste (artigos 55.º, 56.º e 263.º do CPP e artigo 2.º da LOIC) na condução da investigação na fase de inquérito, e estão sujeitos na sua atuação ao princípio da legalidade (referenciado nos artigos 2.º do CPP e 29.º da CRP), devendo os seus atos cumprir as rigorosas formalidades previstas no CPP.

O nosso Processo Penal é de estrutura acusatória, mas integrado pelo princípio da investigação ou busca da verdade material, pelo que a prova deve sempre ser produzida com o objetivo de descoberta da verdade material, sendo a investigação o instrumento legal utilizado para atingir esse mesmo objetivo. A busca da verdade material tem de ser feita dentro dos limites da legalidade, e não, utilizando as palavras de DAMIÃO DA CUNHA, “a todo o custo (ou, melhor, ao custo do mais elementar direito do arguido)”<sup>31</sup>. Ou seja, o fim do processo não é apenas a descoberta da verdade material, devendo a busca desta ser feita “de forma processualmente admissível, legítima”<sup>32</sup>. Assim, “a forma processual de obtenção da verdade assume também um relevo que não deve ser menosprezado em relação a um (pretensão) ideal de verdade material”<sup>33</sup>.

Na sua ação investigatória, os OPC obedecem às competências que lhes são legalmente atribuídas, no CPP e na LOIC. Chame-se especial atenção para as previstas nos seguintes artigos do CPP: artigo 55.º, n.º 2 (“colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a

---

<sup>31</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 429.

<sup>32</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 431.

<sup>33</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 431.



cabo os actos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova”); artigo 249.º, n.º 1 (“mesmo antes de receberem ordem da autoridade judiciária competente para procederem a investigações, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova”), e n.º 2, al. b) (“colher informações das pessoas que facilitem a descoberta dos agentes do crime e a sua reconstituição”); e artigo 250.º, n.º 8 (“pedir ao suspeito, bem como a quaisquer pessoas susceptíveis de fornecerem informações úteis, e deles receber, sem prejuízo, quanto ao suspeito, do disposto no artigo 59.º, informações relativas a um crime e, nomeadamente, à descoberta e à conservação de meios de prova que poderiam perder-se antes da intervenção da autoridade judiciária”).

Como nota SANDRA OLIVEIRA E SILVA, “está subjacente (...) a ideia que em geral preside às medidas cautelares e de polícia: assegurar conhecimentos probatórios que poderiam esvanecer-se com o tempo e, assim, orientar o sentido da actividade investigatória”<sup>34</sup>.

A este propósito, diz BARRETO DO CARMO, na declaração de voto que apõe ao Acórdão do TRC, de 18.06.2003: “a lei trata estes actos de investigação como urgentes e inadiáveis, sujeitando-os a rigoroso formalismo e a comunicações urgentes às autoridades judiciárias detentoras da acção penal e direcção da investigação, instrução e inquérito, atendendo à violação de direitos que tais actos importam em si mesmos, tratando-os, como tal como actos de excepção”<sup>35</sup>.

Salienta ainda o autor que, também no sentido de assegurar as garantias constitucionais, o CPP impõe a constituição de arguido quando pessoa sobre quem recaia fundada suspeita da prática de crime preste declarações perante autoridade judiciária ou OPC, sob pena de tais declarações resultarem em meios de prova inutilizáveis, não passíveis de valoração (artigo 58.º, n.º 1, al. a), e n.º 4), e quando a pessoa o solicite (artigo 59.º, n.º 2). Note-se ainda que se deverá proceder à

---

<sup>34</sup> SANDRA OLIVEIRA E SILVA, “Legalidade da prova e provas proibidas”, in *RPCC*, Ano 21, n.º 4, 2011, p. 566, nota de rodapé 42.

<sup>35</sup> Acórdão do TRC, de 18.06.2003, p. 52.

suspensão da inquirição de pessoa que não seja arguido e à sua constituição como tal quando sobre ela surgir fundada suspeita da prática de crime (artigo 59.º, n.º 1).

Como nota DÁ MESQUITA, quando surge a suspeita de um crime, os OPC podem naturalmente interagir com o arguido, mas devem fazê-lo sempre no respeito da liberdade do arguido e dos direitos decorrentes do seu estatuto especial<sup>36</sup>.

#### 4. Estatuto processual do arguido

A partir do momento da sua constituição como arguido, este adquire uma posição e um estatuto processual especial, com regulação nos artigos 57.º e ss.. Pode dizer-se que a especialidade do estatuto do arguido decorre do facto de ele não ser hoje considerado apenas como objeto do processo e da prova, mas como um verdadeiro sujeito processual autónomo. Em função deste especial estatuto, assiste ao arguido um conjunto de direitos e deveres, dos quais o artigo 61.º contém um elenco (não exaustivo).

Aquele que é mais vezes invocado a propósito da temática das “conversas informais” é o direito ao silêncio do arguido. Aliás, a maioria da jurisprudência sobre esta matéria trata casos em que o arguido se remete ao silêncio na audiência, exercendo assim o direito legalmente consagrado no artigo 61.º, n.º 1, alínea d) e amplamente reafirmado para a audiência de julgamento nos artigos 343.º, n.º 1, e 345.º, n.º 1. Com efeito, quando é chamado para prestar declarações (em interrogatório, perante OPC ou autoridades judiciais, ou em audiência de julgamento, perante o juiz), o arguido pode sempre optar por “não responder a perguntas (...) sobre os factos que lhe forem imputados e sobre o conteúdo das declarações que acerca deles prestar” (artigo 61.º, n.º 1, alínea d)).

---

<sup>36</sup> PAULO DÁ MESQUITA, *A prova do crime e o que se disse antes do julgamento*, p. 572.

Afirma SANTOS CABRAL que este direito não gera “o efeito negativo de obstaculizar qualquer depoimento sobre o que o mesmo referiu anteriormente”, pois tal “não tem fundamento legal e colide com o princípio da legalidade da prova a que alude o artigo 125º do Código de Processo Penal”<sup>37</sup>.

O silêncio não pode ser objeto de qualquer valoração, não podendo o arguido ser prejudicado por ter exercido um seu direito. Como se diz no Acórdão do STJ, de 11.07.2001, “o silêncio não pode ter (...) significado, pois em direito, como princípio, o silêncio não tem o valor de sim (quem cala consente), de não ou talvez, é mesmo a ausência de declaração”<sup>38</sup>. Noutras palavras, “o silêncio não pode, segundo a lei, implicar consequências desfavoráveis para quem o invoca, ou seja, o silêncio não é valorável e, como tal, não pode ser sujeito ao princípio da livre apreciação da prova”<sup>39</sup>.

Um princípio que decorre do direito ao silêncio é o *nemo tenetur se ipsum accusare*<sup>40</sup> ou privilégio contra a autoincriminação: para impossibilitar que sejam utilizados contra um indivíduo elementos com que ele próprio tenha contribuído, existe o princípio de que ninguém pode ser obrigado a produzir uma declaração autoincriminatória. Porém, aceita-se hoje pacificamente que tal não implica que ele tenha um direito a mentir ou à mentira. Com efeito, como afirma CASTANHEIRA NEVES, “o que (...) ninguém hoje exige (...), superadas (...) as atitudes degradantes do processo inquisitório (a recusar ao réu a qualidade de sujeito do processo e a vê-lo apenas como meio e objecto de investigação), é o heroísmo de dizer a verdade auto-incriminadora”<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> GASPAR, ANTÓNIO DA SILVA HENRIQUES, JOSÉ ANTÓNIO HENRIQUES DOS SANTOS CABRAL, EDUARDO MAIA COSTA, ANTÓNIO JORGE DE OLIVEIRA MENDES, ANTÓNIO PEREIRA MADEIRA, ANTÓNIO PIRES HENRIQUES DA GRAÇA, *Código de Processo Penal Comentado*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 489; Acórdão do STJ, de 27.06.2012.

<sup>38</sup> Acórdão do STJ, de 11.07.2001, *in CJ (STJ)*, Ano IX, Tomo III, p. 169.

<sup>39</sup> SOFIA SARAIVA DE MENEZES, “O direito ao silêncio: a verdade por detrás do mito”, *in Prova Criminal e Direito de defesa – Estudos sobre Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal*, Almedina, Coimbra, 2010, p. 129.

<sup>40</sup> “Ninguém é obrigado a acusar-se a si próprio”.

<sup>41</sup> ANTÓNIO CASTANHEIRA NEVES, *Sumários de processo criminal*, Coimbra Editora, Coimbra, 1968, pp. 175-176.

Apesar de o princípio *nemo tenetur se ipsum accusare* não ter expressa previsão na CRP nem no CPP, aceita-se a sua vigência no direito processual penal português enquanto princípio não escrito.

Diz COSTA ANDRADE quanto à extensão do direito ao silêncio e do princípio *nemo tenetur se ipsum accusare*, que “não é tanto o reconhecimento do princípio *nemo tenetur* quanto e sobretudo a definição da sua compreensão e alcance, sc., a precisa demarcação da respectiva área de tutela que suscita dificuldades”<sup>42</sup>. Com efeito, existem situações de fronteira em que pode haver uma colisão entre a realização de diligências probatórias e o direito ao silêncio, casos que têm sido abordados pela doutrina. “Cabe então questionarmo-nos se o direito ao silêncio e à não auto-incriminação têm como objecto apenas as declarações do arguido ou se têm um âmbito tão amplo que permita a recusa à sujeição às diligências de obtenção da prova”<sup>43</sup>.

A este propósito, é relevante referir os artigos 61.º, n.º 3, al. d), e 172.º, n.º 1. Impõe o primeiro ao arguido um dever de sujeição “a diligências de prova e a medidas de coacção e garantia patrimonial especificadas na lei e ordenadas e efectuadas por entidade competente”. O segundo dispõe o seguinte: “se alguém pretender eximir-se ou obstar a qualquer exame devido ou a facultar coisa que deva ser examinada, pode ser compelido por decisão da autoridade judiciária competente”.

A favor da extensão do âmbito do direito ao silêncio e do princípio *nemo tenetur se ipsum accusare* para além das declarações orais do arguido, pode argumentar-se com a letra do artigo 61.º, n.º 3, al. d), no sentido de que apenas será exigível a sujeição do arguido a diligências de prova, mas não a sua colaboração ativa.

Em favor da posição contrária, ressalta desde logo a falta de base legal para tal extensão. Por outro lado, note-se ainda que o artigo 60.º impõe expressamente que os direitos e deveres do arguido não prejudiquem as diligências probatórias. Assim,

---

<sup>42</sup> MANUEL DA COSTA ANDRADE, *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal*, p. 127.

<sup>43</sup> SOFIA SARAIVA DE MENEZES, “O direito ao silêncio: a verdade por detrás do mito”, pp. 133-134.

existe uma obrigação de sujeição a diligências, nos termos dos artigos 61.º, n.º 3, al. d), e 172.º, n.º 1.

AUGUSTO SILVA DIAS E VÂNIA COSTA RAMOS chamam a atenção, a propósito do âmbito não plenamente definido do princípio *nemo tenetur se ipsum accusare*, para o importante princípio da concordância prática, sendo necessário, em cada um destes casos de fronteira, procurar “uma compatibilização (...) que visa aplicar todos os princípios colidentes, harmonizando-os entre si numa situação concreta”<sup>44</sup>.

Por exemplo, em relação à participação do arguido numa reconstituição do facto, deverá ponderar-se se a diligência em si terá conteúdo incriminatório, se a participação do arguido implicará uma certa versão incriminatória dos factos, se afetará a sua (o seu grau de) culpabilidade. Em caso afirmativo, deverá reconhecer-se ao arguido o direito ao silêncio<sup>45</sup>.

Central no nosso Processo Penal é o princípio da presunção de inocência, expressamente consagrado no artigo 32.º, n.º 2, da CRP. Implica este princípio que o arguido deva ser tratado como inocente até ao trânsito em julgado de uma decisão condenatória, recaindo o ónus da prova da sua culpabilidade sobre o Estado.

Só podendo haver uma condenação com prova de culpa, surge, como corolário dos princípios da presunção de inocência e da culpa, o princípio *in dubio pro reo*<sup>46</sup>. Como o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado de uma decisão condenatória, qualquer dúvida sobre os factos que alegadamente provem a responsabilidade criminal do arguido só pode servir para reforçar esse seu estatuto de inocente, e não uma eventual condenação. Isto é, se existirem dúvidas, estas não poderão prejudicar o arguido, apenas beneficiá-lo. Assim, não se trata de um princípio de obtenção, produção, apreciação ou valoração da prova, mas sim de um princípio que intervém somente no caso de persistirem dúvidas sobre a prova depois de terminada a sua produção. A prova não tem, portanto, de ser valorada de

---

<sup>44</sup> AUGUSTO SILVA DIAS E VÂNIA COSTA RAMOS, *O Direito à Não Auto-Inculpação (...)*, p. 23.

<sup>45</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, Aulas de Direito Processual Penal Especial, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 23.04.2012.

<sup>46</sup> “Na dúvida, a favor do réu”.

forma favorável ao arguido, devendo ser produzida independentemente deste princípio, de acordo com o princípio da investigação ou da busca da verdade material<sup>47</sup>.

## 5. Regime da leitura de declarações em audiência de julgamento

Discute-se neste contexto a questão da admissibilidade de prestação de depoimento acerca do conteúdo das chamadas “conversas informais” entre arguido ou suspeito e OPC, pois está em causa prova que não é conhecida em primeira mão pelo julgador.

Relativamente às declarações do arguido, existem exceções ao disposto no artigo 355.º. Assim, caso aquele opte por prestar declarações, a reprodução ou leitura destas em audiência estará sujeita ao regime limitativo dos artigos 356.º e 357.º. A este propósito, diz DAMIÃO DA CUNHA que “deve ser exigida a máxima clareza e precisão na determinação do âmbito das leituras permitidas em audiência de julgamento. Estamos (...) perante uma questão que assume um relevo marcante na determinação da estrutura acusatória”<sup>48</sup>.

Como se salienta no Acórdão do TC n.º 1052/96, de 11.07.1996<sup>49</sup>, “a leitura dos autos e declarações autorizada pelo artigo 356.º representa uma emanção da *oralidade* e *publicidade* da audiência, traduzindo-se (...), em excepção ao princípio da imediação da prova, (...) justificada pela *impossibilidade ou grande dificuldade da sua produção directa ou por outras razões pertinentes*”<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, Aulas de Direito Processual Penal, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 11.11.2010.

<sup>48</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 404.

<sup>49</sup> Ac. do TC n.º 1052/96, de 11.07.1996, Processo n.º 321/96, DR, II Série, n.º 297, de 24.12.1996, pp. 17720 e ss..

<sup>50</sup> Ac. do TC n.º 1052/96, de 11.07.1996, p. 17723.

É nos artigos 356.º e 357.º que surge a única restrição imposta aos OPC quanto ao conteúdo dos seus depoimentos: “Os órgãos de polícia criminal que tiverem recebido declarações cuja leitura não for permitida, bem como quaisquer pessoas que, a qualquer título, tiverem participado na sua recolha, não podem ser inquiridos como testemunhas sobre o conteúdo daquelas” (artigo 356.º, n.º 7, aplicável às declarações do arguido, por remissão do artigo 357.º, n.º 3).

Afirma CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA que esta norma determina como exigências de “eficácia probatória (mesmo que relativa)”<sup>51</sup> das declarações do arguido a oralidade e o respeito pelos requisitos legalmente impostos.

A propósito da *ratio* desta mesma disposição, defendem DAMIÃO DA CUNHA<sup>52</sup> e os MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO<sup>53</sup> tratar-se de prevenir a fraude à lei que sucederia se o tribunal, impedido de se debruçar sobre declarações de leitura proibida, fizesse valer em audiência declarações cuja leitura não era permitida.

Sobre a mesma norma, diz VINÍCIO RIBEIRO que se esta não estivesse consagrada se poderia “deixar entrar pela janela o que se quis evitar que entrasse pela porta”<sup>54</sup>, expressão coloquial que também surge recorrentemente na jurisprudência<sup>55</sup>.

Analisando a letra da lei, verifica-se, em primeira linha, que a disposição se aplicará a casos em que tenham sido prestadas declarações em sentido formal (declarações do arguido enquanto meio de prova, prestadas segundo o disposto nos artigos 140.º e ss. e 343.º e ss., e portanto reduzidas a escrito), pois só declarações que estejam reduzidas a escrito poderão estar sujeitas a uma proibição de leitura.

---

<sup>51</sup> CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, “Depoimento indirecto e arguido”, p. 177.

<sup>52</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 423.

<sup>53</sup> MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO, *Código de Processo Penal, Comentários e notas práticas*, p. 894.

<sup>54</sup> VINÍCIO A. P. RIBEIRO, *Código de Processo Penal, Notas e Comentários*, p. 981.

<sup>55</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 20.05.1992, *in* BMJ, n.º 417, p. 611; do TRC, de 30.11.2005; de 07.04.2010; de 29.05.2013; do TRG, de 04.06.2007; de 29.03.2011, *in* CJ, Ano XXXVI, Tomo II, pp. 304 e ss.; de 11.04.2011; do TRP, de 09.11.2011.

Assim, à partida, não se encontram incluídas no âmbito desta proibição as ditas “conversas informais” que não sejam reduzidas a escrito.

Neste sentido, afirma FREDERICO COSTA PINTO: “as proibições (...) têm duas limitações (...): apenas se aplicam literalmente à prestação de declarações que ficam registadas em auto cuja leitura não é depois permitida em audiência (...) e, em si mesma, não abrange o conhecimento obtido em conversas ocasionais entre intervenientes processuais fora do âmbito de uma inquirição formal”<sup>56</sup>.

Porém, é discutida esta matéria da aplicação às “conversas informais” da proibição prevista no artigo 356.º, n.º 7, aplicável às declarações do arguido, por remissão do artigo 357.º, n.º 3.

Entendem, nomeadamente, os MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO<sup>57</sup> que esta proibição abrange também as “conversas informais”. No mesmo sentido, defende PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE que “se as declarações dos suspeitos tivessem sido registadas por escrito elas não poderiam ser lidas na audiência em face do art. 357º, nº 1, salvo solicitação do arguido, e, portanto, não tendo sequer sido reduzidas a escrito, não passam de uma “conversa informal” (...) cujo conteúdo não pode ser reproduzido em audiência”<sup>58</sup>.

Também alguma jurisprudência se debruça sobre a letra deste artigo. Veja-se o que se diz no Acórdão do STJ, de 27.05.1998: “o art.º 356, do CPP, não proíbe que um agente de PJ preste depoimento em audiência de julgamento só porque interveio na investigação. A mesma norma proíbe, sim, esse depoimento quando tal agente haja recebido declarações cuja leitura não for permitida e, ainda nesse caso, só não pode ser inquirido sobre o conteúdo dessas declarações”<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Volume III, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, p. 1048.

<sup>57</sup> MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO, *Código de Processo Penal, Comentários e notas práticas*, p. 899.

<sup>58</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 363.

<sup>59</sup> Acórdão do STJ, de 27.05.1998, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1998, p. 165.



Ainda em relação ao limitado âmbito de aplicação desta norma, concorda-se com MAIA GONÇALVES quando rejeita a interpretação daquela no sentido de que os OPC não podem ser testemunhas, defendendo que este preceito “proíbe apenas a reprodução daquelas declarações cuja leitura não é permitida, como aí claramente se expressa e resulta do pensamento legislativo”<sup>60</sup>. Ou seja, excluído o disposto no artigo 356.º, n.º 7, e não existindo qualquer imposição de segredo profissional, os OPC poderão sempre, em abstrato, depor em audiência de julgamento. Com efeito, como salienta GERMANO MARQUES DA SILVA, “não sofrem de qualquer incapacidade nem impedimento”<sup>61</sup>.

DAMIÃO DA CUNHA entende que os OPC se aproximam mais da figura do sujeito processual do que da figura da testemunha, apoiando-se neste ponto para justificar a proibição prevista no artigo 356.º, n.º 7. Defende este autor que “no fundo, o CPP quis criar um *tema proibido de prova* (exactamente o conteúdo de declarações prestadas em fase processual anterior e não susceptíveis de leitura). Fora este tema proibido de prova, os órgãos de polícia criminal podem prestar testemunho”<sup>62</sup>.

Em suma, diz JOSÉ ANTÓNIO BARREIROS, “*o artigo 356.º, n.º 7, do CPP (...) o que proíbe é a leitura indirecta em audiência, ou seja, que o OPC (...) ao prestar depoimento se não pode reportar (...) ao que consta de autos documentando prova testemunhal que o próprio recolheu ou em cuja recolha participou, ou seja, não pode fazer-se eco, pela sua voz, em depoimento, daquilo que (...) escreveu como tendo sido dito por outrem*”<sup>63</sup>.

Para finalizar, chame-se a atenção para o facto de a Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro, ter vindo alterar o artigo 357.º, pois, ainda que estas alterações relativas à possibilidade de usar declarações anteriores do arguido como fonte autónoma de prova (quando respeitados os requisitos impostos pelos artigos indicados) não se refiram a declarações prestadas perante OPC, mas sim autoridades judiciárias, têm

---

<sup>60</sup> MANUEL LOPES MAIA GONÇALVES, *Código de Processo Penal Anotado*, p. 808.

<sup>61</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, volume II, p. 231.

<sup>62</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 423.

<sup>63</sup> JOSÉ ANTÓNIO BARREIROS, “Depoimento policial em audiência penal. Âmbito e limites”, in *Polícia e Justiça*, n.º 4, 2004, p. 22.

relevância enquanto argumento sistemático no sentido do combate à informalidade das declarações do arguido.

Desde logo, passou a incluir-se no seu âmbito de aplicação a reprodução de declarações do arguido, alteração que se refletiu na epígrafe do artigo e no proémio do n.º 1. Procedeu-se também à alteração da letra da alínea b) do n.º 1, relativo às situações em que é permitida a reprodução ou leitura de declarações anteriormente feitas pelo arguido no processo. Lê-se agora na al. b): “quando tenham sido feitas perante autoridade judiciária com assistência de defensor e o arguido tenha sido informado nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 141.º”, que, por sua vez, dispõe que o juiz de instrução que conduza o primeiro interrogatório judicial de arguido detido terá de informar devidamente este “de que não exercendo o direito ao silêncio as declarações que prestar poderão ser utilizadas no processo, mesmo que seja julgado na ausência, ou não preste declarações em audiência de julgamento, estando sujeitas à livre apreciação da prova”. Aditou-se ainda o n.º 2, onde se lê o seguinte: “As declarações anteriormente prestadas pelo arguido reproduzidas ou lidas em audiência não valem como confissão nos termos e para os efeitos do artigo 344.º”. Como consequência, o anterior n.º 2 passou a ocupar o lugar de n.º 3.

Como nota FREDERICO COSTA PINTO, as referidas alterações acarretam alguns riscos, pois não se respeitam integralmente alguns princípios centrais do nosso Processo Penal de estrutura acusatória, tais como a imediação, a oralidade e o contraditório. O facto de o uso de declarações anteriores do arguido em audiência de julgamento ter perdido o seu carácter excepcional pode ter o efeito de constranger o arguido, que poderá limitar a sua colaboração na fase de inquérito<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> FREDERICO COSTA PINTO, “Razão e finalidade na revisão de 2013 do Código de processo penal), in *Themis*, Ano 13, n.º 24/25, 2013, pp. 194-199.

## 6. Regime do depoimento indireto

Discute-se a extensão do âmbito da proibição prevista no artigo 356.º, n.º 7 (aplicável às declarações do arguido, por remissão do artigo 357.º, n.º 3), às “conversas informais”, pois o nosso CPP não regula diretamente a questão do tratamento a dar aos depoimentos que recaiam sobre o conteúdo destas. Os relatos feitos por OPC acerca do que se ouviu dizer ao arguido ou suspeito, aproximam-se do conceito de depoimento indireto, em que uma testemunha depõe sobre algo com que não contactou diretamente, algo que ouviu dizer a uma outra pessoa, a chamada fonte. Assim, deve ter-se em conta o regime do artigo 129.º, que dá diferentes tratamentos às várias situações de depoimentos indiretos possíveis.

Note-se, porém, que pode dar-se o caso de uma situação cair no âmbito de aplicação dos artigos 356.º e 357.º e 129.º em simultâneo. Neste caso, a este regime, geral, sobrepõe-se aquele, especial, e que, portanto, “acaba por delimitar negativamente o âmbito do art. 129º do CPP”<sup>65</sup>.

Desde logo, os casos sobre que dispõe o n.º 3 do artigo 129.º são alvo de uma proibição absoluta de valoração<sup>66</sup>: o depoimento é prestado, mas, em função de a testemunha recusar ou não estar em condições de indicar a fonte, o seu conteúdo não poderá ser valorado pelo Tribunal.

Diferentemente, nas situações de impossibilidade fáctica previstas na parte final do n.º 1 (“se a inquirição das pessoas indicadas não for possível por morte, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas”), existe admissibilidade automática do depoimento<sup>67</sup>. Estas últimas configuram exceções ao previsto na primeira parte do n.º 1, a que se pode chamar regra de permissão

---

<sup>65</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, p. 1048.

<sup>66</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, Aulas de Direito Processual Penal Especial, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 16.04.2012.

<sup>67</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, Aulas de Direito Processual Penal Especial, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 16.04.2012.

condicionada ou de proibição relativa de valoração<sup>68</sup>: “se o depoimento resultar do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, o juiz pode chamar estas a depor. Se o não fizer, o depoimento produzido não pode, naquela parte, servir como meio de prova”. Ou seja, em princípio, os depoimentos indiretos não podem ser tidos como meio de prova, mas sê-lo-ão caso se chame a fonte a depor.

Não é unânime a doutrina em relação à condição que é necessário verificar-se para desbloquear a referida proibição de valoração do depoimento indireto, havendo uma separação entre uma interpretação permissiva (quem considera que aquela condição se resume à convocação da fonte) e uma interpretação restritiva (quem exige que a fonte compareça em audiência, que preste depoimento ou até que o conteúdo deste coincida com o do depoimento indireto da testemunha).

A interpretação que se prefere é a permissiva, com apoio na letra da lei, que por si só parece impor apenas que a pessoa seja chamada a depor. Com efeito, como salienta FREDERICO COSTA PINTO, “a letra da lei não exige nem a efectividade do depoimento da fonte, nem a confirmação da conversa mantida com a testemunha-de-ouvir-dizer, nem tão pouco a coincidência de conteúdo na descrição do facto probando”<sup>69</sup>. Assim, apenas será necessário chamar a fonte e esta comparecer e mostrar-se disponível para depor acerca dos factos em causa. Desta forma, o depoimento indireto cairá na margem de livre apreciação do julgador e ficará assegurado o respeito pelos princípios da imediação e do contraditório.

Entende FREDERICO COSTA PINTO que com a defesa de uma interpretação mais restritiva “acaba por se reconhecer à fonte um poder de controlar, com o seu depoimento ou com a sua recusa, a valoração da prova disponível”<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, Aulas de Direito Processual Penal Especial, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 16.04.2012.

<sup>69</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, p. 1059.

<sup>70</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, p. 1061.

Resumindo, o legislador parece ter querido deixar a matéria sujeita à apreciação do Tribunal no caso concreto, e não “eleger uma solução rígida e abstracta que poderia aumentar segurança jurídica mas estaria a afastar-se da verdade material”<sup>71</sup>.

A defesa de uma ou de outra tese tem consequências práticas. Pode acontecer, por exemplo, que a pessoa chamada a depor invoque um regime de segredo, uma causa de recusa a depor ou o direito ao silêncio (caso se aceite a aplicação do regime do depoimento indireto às situações em que a fonte é um arguido). Para quem apenas exige o chamamento a juízo da fonte, tal não afetará a valoração do depoimento indireto. Porém, para quem exige a confirmação do conteúdo deste, como é o caso de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, estes casos constituirão um entrave à valoração do depoimento em causa, “sob pena de este se transformar num instrumento de fraude à lei, *in casu*, dos regimes de segredo ou recusa de depoimento testemunhal”<sup>72</sup>.

Outro problema que se coloca e que divide a nossa doutrina é o do alargamento das chamadas condições de admissibilidade automática de valoração do depoimento indireto que desbloqueiam a proibição relativa além dos casos de impossibilidade fáctica de inquirição da fonte previstas na parte final do n.º 1 do artigo 129.º.

Concorda-se com PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE e FREDERICO COSTA PINTO quando consideram que se deve rejeitar a hipótese de aplicação analógica desta norma, pois ela contém uma proibição de valoração da prova que não deve ser alargada além do “círculo normativo de casos acolhidos pelo legislador”<sup>73</sup>.

Em relação à hipótese de interpretação extensiva, as posições destes autores diferem. Por um lado, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, invocando a excepcionalidade das circunstâncias de impossibilidade de inquirição da testemunha enunciadas pela norma em análise relativamente ao princípio da imediação, apenas aceita a interpretação extensiva em termos muito limitados (“como o estado de

---

<sup>71</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, p. 1059.

<sup>72</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 360.

<sup>73</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, p. 1068.

coma”<sup>74</sup>). Entende-se, diferentemente, que existe um leque mais alargado de casos que podem ser considerados semelhantes aos legalmente elencados e que, portanto, podem igualmente justificar o desbloqueio da proibição contida no n.º 1 do artigo 129.º. Refiram-se os casos em que FREDERICO COSTA PINTO abre a hipótese de interpretação extensiva atualista: situações em que o arguido se encontre “com amnésia total, com um problema físico absolutamente incapacitante ou numa situação traumática que clinicamente desaconselhe a prestação de depoimento (*v. g.* casos de vítimas menores de crimes sexuais em que não tenha sido recolhido depoimento para memória futura ou que não possam aplicar as medidas especiais de protecção de vítima especialmente vulnerável)”<sup>75</sup>.

Diz o n.º 1 do artigo 129.º que “se o depoimento resultar do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, o juiz pode chamar estas a depor”. Pode acontecer que estas pessoas sejam arguidas, colocando-se nesses casos a questão da aplicação do regime do depoimento indireto a situações em que a fonte é o arguido, estando em causa se a valoração desses depoimentos não contrariará o seu direito ao silêncio. Assim, como salienta o STJ, “falta demonstrar que o artigo 129.º do Código de Processo Penal proíbe depoimento por ouvir dizer quando quem diz é o arguido”<sup>76</sup>, sendo esta problemática discutida pela nossa jurisprudência. Porém, a corrente doutrinária vai, na sua maioria, no sentido de apenas aceitar a aplicação deste regime no âmbito da prova testemunhal.

A inaplicabilidade do regime do depoimento indireto às situações em que a fonte é o arguido é defendida por grande parte da doutrina, nomeadamente CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA<sup>77</sup> e VINÍCIO RIBEIRO<sup>78</sup>.

É inequívoco que os estatutos de arguido e testemunha são distintos. Saliente-se, nomeadamente, que aquele tem direito ao silêncio, não presta juramento (artigo

---

<sup>74</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 360.

<sup>75</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, p. 1086.

<sup>76</sup> Acórdão do STJ, de 29.03.1995, *in* BMJ, n.º 445, p. 297.

<sup>77</sup> CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, “Depoimento indirecto e arguido”, p. 176.

<sup>78</sup> VINÍCIO A. P. RIBEIRO, *Código de Processo Penal, Notas e Comentários*, p. 982.

140.º, n.º 3) e não tem uma postura imparcial, e também que no artigo 140.º, n.º 2, é feita uma remissão para disposições do regime da prova testemunhal, mas não para o artigo 129.º. Note-se ainda que os arguidos estão proibidos de depor como testemunhas, salvo em casos especiais, nos termos do artigo 133.º, n.º 1, al. a).

DAMIÃO DA CUNHA apoia-se no direito ao silêncio e no princípio *nemo tenetur se ipsum accusare* e afirma que “não pode verificar-se, na mesma pessoa, uma confusão de papéis processuais (arguido e testemunha)”<sup>79</sup>, pois tal conduz “à solução, muito próxima de uma visão inquisitória, de o arguido testemunhar (indirectamente) contra si próprio”<sup>80</sup>. Explica ainda este autor que a caracterização como um determinado sujeito processual “tem duas funções: por um lado, distingue esse sujeito processual dos outros sujeitos processuais; mas, por outro lado, distingue a sua participação processual da dos restantes participantes processuais (em especial, das testemunhas)”<sup>81</sup>.

Assim, DAMIÃO DA CUNHA considera que os sujeitos processuais não podem prestar depoimentos indiretos e que não podem ser prestados depoimentos indiretos sobre o que se ouça dizer a sujeitos processuais. Ou seja, “a testemunha-de-ouvir-dizer é, no fundo e em princípio, uma testemunha que ouviu dizer a outra testemunha”<sup>82</sup>.

Conclui este autor a exposição da sua posição radical defendendo que “irrazoável e ilógico é (...) alargar as margens de permissão de o Tribunal aceder ao conteúdo de declarações prestadas fora da audiência de julgamento e alargar, com isso, as situações em que são postos em questão princípios fundamentais da estrutura da audiência de julgamento”<sup>83</sup>.

No mesmo sentido, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE: “sendo o artigo 129.º uma norma excepcional, ela não pode, em prejuízo do princípio constitucional da

---

<sup>79</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 430.

<sup>80</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 430.

<sup>81</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 435.

<sup>82</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 438.

<sup>83</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 440.

imedição, ser aplicada analogicamente ao depoimento de uma testemunha sobre o que ouviu dizer ao arguido, ao assistente e às partes civis (...). (...) acrescem, no caso de depoimento de ouvir dizer a arguido, as limitações decorrentes do direito constitucional do arguido ao silêncio, consagrado entre as garantias de defesa do artigo 32.º, n.º 1, da CRP”<sup>84</sup>.

Oferece apoio a esta linha de pensamento FREDERICO COSTA PINTO, defendendo que “um conhecimento directo de um facto probando de uma parte interessada no processo (...) é um meio legal de prova, autónomo em relação à prova testemunhal, e não pode ser convertido numa modalidade atípica desta por via do depoimento indirecto de uma testemunha que o refere”<sup>85</sup>.

Seguindo o mesmo entendimento, diz DÁ MESQUITA que “o estatuto do arguido no processo e a estrutura acusatória excluem a possibilidade de se aplicar o regime do depoimento indirecto aos casos em que o arguido constitui a fonte do *ouvir dizer*, já que não se admite que o tribunal *chame a depor* o arguido único titular do poder de decisão sobre essa matéria, afigurando-se abusiva qualquer sugestão ou interpelação judicial”<sup>86</sup>.

Como bem resume SANTOS CABRAL, “por conseguinte, (...) revela-se inaplicável, quer sob o ponto de vista jurídico quer sob o ponto de vista operativo, a admissibilidade de o arguido funcionar como “testemunha-fonte” (...). É, assim, evidente a convergência de conclusão sobre a inaplicabilidade do artigo 129º (...) quer se arranque do pressuposto do direito ao silêncio, quer se apele ao estatuto do arguido e à interpretação literal do preceito”<sup>87</sup>.

Por fim, destaquem-se dois relevantes acórdãos do TC que se debruçaram sobre a (in)constitucionalidade do regime do depoimento indirecto.

---

<sup>84</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 361.

<sup>85</sup> FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, p. 1082.

<sup>86</sup> PAULO DÁ MESQUITA, *A prova do crime e o que se disse antes do julgamento*, p. 586.

<sup>87</sup> ANTÓNIO DA SILVA HENRIQUES GASPAR *et al*, *Código de Processo Penal Comentado*, p. 490; Acórdão do STJ, de 27.06.2012.



Em primeiro lugar, o **Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994**<sup>88</sup>, na sequência do recurso para o TC do **Acórdão do STJ, de 07.10.1992**, por parte de um dos arguidos. Foi objeto do **Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994**, a inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 129.º do CPP, questão levantada pela alegação de que a segunda parte desta norma violaria o artigo 32.º, n.ºs 1, 3 e 5, da CRP, por ofender os princípios da imediação e do contraditório, e as garantias de defesa em geral do arguido, e ser incompatível com um processo de estrutura acusatória. Sob análise estava a interpretação da norma no sentido de que “admite que possa servir como meio de prova o depoimento que resultar do que se ouviu dizer a pessoa determinada quando a inquirição desta pessoa não for possível por impossibilidade de ser encontrada, mesmo que esta pessoa seja um co-arguido e o depoente seja um agente de polícia judiciária que com ela contactou quando, na situação de detida, aguardava o primeiro interrogatório judicial”<sup>89</sup>.

O TC pronunciou-se a favor do recurso, chegando à conclusão de que o n.º 1 do artigo 129.º, no sentido em que foi interpretado e aplicado, estando em causa uma detenção que veio a ser julgada ilegal e o uso de meios violentos no primeiro interrogatório judicial, viola as garantias de defesa consagradas no n.º 1 do artigo 32.º da CRP<sup>90</sup>.

Desde logo, o TC afasta a violação do n.º 3 do artigo 32.º da CRP, pois considera que a exceção consagrada na parte final do n.º 1 do artigo 129.º “não retira ao arguido o direito de escolher o seu defensor oficioso e a ser por ele assistido em todos os actos do processo”<sup>91</sup>.

Acerca da estrutura acusatória e dos princípios da imediação e do contraditório, entende o TC que não existe violação pela norma em abstrato. Explica o Tribunal que “a admissão e valoração do depoimento indirecto, no caso de impossibilidade de localização da pessoa determinada a quem imputa a afirmação reproduzida” se

---

<sup>88</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, Processo n.º 719/92, DR, II Série, n.º 194, de 23.08.1994, pp. 8641 e ss..

<sup>89</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, p. 8643.

<sup>90</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, p. 8642.

<sup>91</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, p. 8646.

trata de “uma solução excepcional, de evidente base racional, que só por si, e nos contados casos em que ocorre, não pode afectar intolerável ou desproporcionadamente os direitos do arguido”<sup>92</sup>.

A propósito do n.º 1 do artigo 32.º da CRP, entende o TC que existe proporcionalidade e “uma adequada ponderação dos interesses do arguido em poder confrontar os depoimentos das testemunhas de acusação, os da repressão penal, prosseguidos pelo acusador público, e, por último, os do tribunal, preocupado com a descoberta da verdade através de um processo regular e justo”<sup>93</sup>.

O TC considerou a interpretação do STJ, no **Acórdão do STJ, de 07.10.1992**, contrária ao disposto no n.º 1 do artigo 32.º da CRP, pois a arguida “só podia ser interrogada pela primeira vez pelo juiz de instrução, não podendo os órgãos de polícia criminal tomar declarações dela, visto que tal só poderia suceder nos interrogatórios subsequentes e mediante delegação do Ministério Público ou daquele juiz (artigo 144.º, n.º 2, do CPP), sendo proibidos quaisquer outros interrogatórios, ainda que designados como «conversas»”<sup>94</sup>. O TC apoiou-se no argumento de que “não faria sentido que, pela via do artigo 129.º, n.º 1, se tolerasse o que pelo artigo 356.º, n.º 7, explicitamente se proibiu”<sup>95</sup>.

Assim, o TC concluiu dando provimento ao recurso e “julgando inconstitucional a norma (...) enquanto interpretada pelo acórdão recorrido no sentido de admitir que possa servir como meio de prova o depoimento que resultar do que se ouviu dizer a pessoa determinada quando a inquirição desta pessoa não for possível por impossibilidade de ser encontrada, mesmo que esta pessoa seja um co-arguido e o depoente seja um agente de polícia judiciária que com ela contactou quando, na situação de detida, aguardava o primeiro interrogatório judicial”<sup>96</sup>.

---

<sup>92</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, p. 8646.

<sup>93</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, p. 8646.

<sup>94</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, pp. 8646-8647.

<sup>95</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, p. 8647.

<sup>96</sup> Acórdão do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, p. 8647.

Em segundo lugar, o **Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999**<sup>97</sup>, que apreciou a (in)constitucionalidade do artigo 129.º, n.º 1, conjugado com o artigo 128.º, n.º 1, interpretado no sentido de o tribunal poder livremente valorar como meio de prova e apreciar “o depoimento de uma testemunha que disse ter ouvido do próprio arguido os factos que relata, quando este, chamado a prestar declarações, o não quis fazer, no exercício do seu direito ao silêncio”<sup>98</sup>.

No processo principal, testemunhas da acusação, que tinham participado na atividade delituosa, indicaram arguidos como fonte dos seus depoimentos indiretos. Um dos arguidos, chamado a depor, recusou-se a fazê-lo, exercendo legitimamente o seu direito ao silêncio. O TC considerou que, atendendo às circunstâncias deste caso em concreto (tais testemunhas da acusação puderam ser contraditadas, nenhum facto foi dado como provado apenas com base nestes depoimentos indiretos, que foram “apreciados pelo tribunal com a prudência que a impossibilidade de ouvir a fonte impõe e de acordo com as regras da lógica e da experiência”<sup>99</sup>), os devem depoimentos indiretos em causa ser valorados como meios de prova.

Assim, o TC concluiu pela não inconstitucionalidade da norma em apreço, na dimensão em que foi concretamente aplicada neste caso, por não haver “um encurtamento inadmissível do direito de defesa do arguido”, isto é, por este não ser atingido “de forma intolerável, desproporcionada ou manifestamente opressiva”<sup>100</sup>.

Um dos argumentos do TC foi o de que não existe qualquer possibilidade de interrogar um arguido que se recusa a depor, não se descortinando uma “diferença substancial entre a situação do arguido que não pode ser encontrado e a daquele que, chamado à audiência, invoca o seu direito ao silêncio para não depor”<sup>101</sup>. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE critica aqui o TC, considerando que é feita uma analogia “inadmissível, em face do carácter excepcional do artigo 129.º, n.os 1 e

---

<sup>97</sup> Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999, Processo n.º 268/99, DR, II Série, n.º 261, de 09.11.1999, pp. 16874 e ss..

<sup>98</sup> Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999, p. 16877.

<sup>99</sup> Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999, p. 16878.

<sup>100</sup> Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999, p. 16878.

<sup>101</sup> Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999, p. 16878.

2”<sup>102</sup>. Explica este autor que à aplicação analógica que o TC faz está subjacente uma equiparação entre inquirição de testemunhas e interrogatório do arguido<sup>103</sup>.

Outros dos argumentos do TC foi o de que a não valoração de depoimentos de testemunhas que “tiveram participação importante na actividade delituosa do grupo”<sup>104</sup> poderia ser equivalente a descurar em parte a descoberta da verdade<sup>105</sup>. A este propósito, diz PINTO DE ALBUQUERQUE que o conteúdo dos depoimentos indirectos ter de ser limitado, no sentido de as fontes apenas poderem relatar o que “ouvirem dizer ao arguido **durante a prática dos factos criminosos a que assistiram** (...), mas elas não podem depor sobre conversas tidas com o arguido depois da prática dos factos criminosos”<sup>106</sup>. Este autor considera, portanto, “**inconstitucional** o artigo 129.º, n.º 1, do CPP, por violação do artigo 32.º, n.º 1, da CRP, se interpretado no sentido de permitir o depoimento indirecto de testemunha sobre o que ouviu dizer ao arguido **depois** da ocorrência do crime, quer ele tenha estado presente no julgamento e tenha feito uso do direito ao silêncio, quer ele não tenha estado presente no julgamento”<sup>107</sup>.

Poder-se-á, assim, concluir, com SANTOS CABRAL, que “na disciplina legal do artigo 129º é suficiente a tentativa de realização do contraditório e não é de exigir a efectiva consumação para que o depoimento indirecto tenha potencialidade para ser valorado”<sup>108</sup>.

Alvo de grande atenção foi o mediático “caso Joana”, sobre uma menina de oito anos que desapareceu no concelho de Portimão no dia 12 de Setembro de 2004. No **Acórdão do STJ, de 20.04.2006**, aprovado com três votos a favor e dois contra,

---

<sup>102</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 361.

<sup>103</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 361.

<sup>104</sup> Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999, p. 16878.

<sup>105</sup> Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999, p. 16878.

<sup>106</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 362.

<sup>107</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 362.

<sup>108</sup> ANTÓNIO DA SILVA HENRIQUES GASPAR *et al*, *Código de Processo Penal Comentado*, p. 487; Acórdão do STJ, de 27.06.2012.

reduziram-se as penas aplicadas à mãe e ao tio da criança, que foram condenados em co-autoria pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver.

Foram prestados depoimentos indiretos cuja fonte eram os arguidos e o STJ considerou, apoiando-se no **Acórdão do TC n.º 440/99, de 08.07.1999**, que a valoração dos depoimentos feita pelo Tribunal “a quo” respeitou o princípio da livre apreciação da prova e não excedeu a prudência, pois não terá dado como provados factos apenas com base no conteúdo destes depoimentos, antes se tendo apoiado neles em matéria já comprovadas por outros meios de prova. Concluiu, assim, o STJ que a referida valoração não ofendeu o disposto no art. 129.º, nem os direitos dos arguidos, nomeadamente o direito de defesa consagrado no art. 32.º, n.ºs 1 e 5 da CRP.

### III. Admissibilidade ou inadmissibilidade de depoimento de OPC

#### 1. Depoimento sobre factos de que tenham conhecimento direto

O **Acórdão do STJ, de 13.05.1992**<sup>109</sup>, revelou-se importante, ao estabelecer que quanto a factos que tenham conhecido no decurso do processo por meios diferentes das declarações do arguido, ainda que através de “conversas informais”, os OPC poderão depor sobre aquilo de que tenham conhecimento direto.

Neste caso, o arguido exerceu o direito que lhe é conferido e optou por não prestar declarações na audiência de julgamento, tendo a testemunha OPC sido informada de que não poderia depor sobre as declarações daquele, de acordo com o disposto no artigo 356.º, n.º 7.

Vem o Tribunal entender que não existe, porém, qualquer impedimento a que OPC deponham sobre factos de que possuam conhecimento direto obtido por meios diferentes das declarações que recebam do arguido no decurso do processo.

Argumenta o STJ que, desde que o depoimento dos OPC não verse sobre o conteúdo de declarações cuja leitura não é permitida, o simples facto de haver no processo tais declarações não pode implicar por si só que os OPC não possam depor acerca de factos de que tenham obtido conhecimento direto na prossecução da atividade investigatória de que são incumbidos, pois tal seria contraditório com o princípio da investigação ou da verdade material que rege o nosso Processo Penal.

Assim, considerou Tribunal que “as respostas a perguntas como a semelhança de processos de actuação criminosa no caso dos autos e noutros processos em que o

---

<sup>109</sup> Acórdão do STJ, de 13.05.1992, *in* *BMJ*, n.º 417, pp. 592 e ss..

arguido já se encontra identificado (...) como autor de idênticas infracções, a adequação dos instrumentos apreendidos para a prática do crime, o motivo da infracção colhido no modo de vida do agente, podem manifestamente resultar do conhecimento directo obtido através da actividade de investigação, sem qualquer relação com as declarações do arguido”<sup>110</sup>.

Passada uma semana, o mesmo Tribunal proferiu nova sentença adotando a mesma posição (**Acórdão do STJ, de 20.05.1992**<sup>111</sup>).

Neste aresto, salienta-se que nada impossibilita, à partida, que a testemunha em questão, agente da PJ, preste depoimento, pois não se pode concluir se irá ou não versar sobre declarações de leitura proibida antes de ter sido efetivamente prestado; assim, deve tão-só atender-se à restrição a nível do conteúdo imposta pelo artigo 356.º, n.º 7.

Relativamente a este n.º 7 do artigo 356.º, o Tribunal sublinha a importância da interpretação “dentro dos seus próprios limites, o primeiro dos quais é o de as declarações (...) serem as *escritas* e não quaisquer outras, com conteúdo diverso, que ele arguido haja prestado durante a investigação. A lei fala em leitura de declarações e com isso, iniludivelmente, só se referiu às que foram reduzidas a escrito”<sup>112</sup>.

O STJ defende ainda que, no contexto do nosso Processo Penal, em que é necessário encontrar um equilíbrio entre os interesses “do arguido em não ser meio de prova e os da justiça em que se alcance uma verdade material e não meramente formal”<sup>113</sup>, o facto de o arguido se recusar a prestar declarações não pode inutilizar todo o conhecimento dos factos a que a investigação chegou. Assim, “os testemunhos proibidos serão aqueles – e só aqueles – de que o agente policial

---

<sup>110</sup> Acórdão do STJ, de 13.05.1992, p. 597.

<sup>111</sup> Acórdão do STJ, de 20.05.1992, pp. 606 e ss..

<sup>112</sup> Acórdão do STJ, de 20.05.1992, p. 611.

<sup>113</sup> Acórdão do STJ, de 20.05.1992, p. 611.

tomou conhecimento através das declarações que recebeu do arguido e não os factos de que já tinha conhecimento anterior, durante a investigação”<sup>114</sup>.

Também nesta mesma linha segue o **Acórdão do STJ, de 07.10.1992**. Estava em causa o depoimento de agentes da PJ acerca de conversas mantidas na esquadra, enquanto se aguardava o primeiro interrogatório judicial, com uma das arguida, que se veio a encontrar em paradeiro desconhecido e que foi declarada contumaz. Esta terá dito a um agente da PJ ter conhecimento do transporte de uma mala que conteria heroína para uma determinada residência, tendo-se aquele então dirigido ao local e procedido ao exame do conteúdo da referida mala, e, na sequência desta busca, tendo procedido à detenção de outros arguidos.

O Tribunal afasta a proibição de prestar depoimento ao abrigo do artigo 356.º, n.º 7, em primeiro lugar, por o agente da PJ não ter tomado declarações no sentido em que elas estão abrangidas neste artigo, enquanto meio de prova sujeito às formalidades.

Certo é que a investigação criminal terá estado em dependência da “conversa informal” de que terão resultado informações que se revelaram determinantes. Mas vem o STJ argumentar, em segundo lugar, que, tendo o depoimento do agente da PJ incidido sobre a localização da mala e respetivo conteúdo, recai sobre factos de que a testemunha obteve conhecimento direto no âmbito da atividade investigatória de que foi incumbido. Assim, não aceitar tal depoimento iria contra o princípio da investigação ou da verdade material.

Resumindo a linha argumentativa destes três últimos acórdãos e respetivas conclusões, os OPC poderão depor sobre factos de que possuam conhecimento direto obtido por meios diferentes das declarações que recebam do arguido no decurso do processo, ainda que também as tenham recebido, e o n.º 7 do artigo 356.º apenas proibirá que aqueles deponham acerca de declarações cuja leitura seja proibida, para tal sendo necessário que estejam exaradas em auto, não se aplicando às chamadas “conversas informais”.

---

<sup>114</sup> Acórdão do STJ, de 20.05.1992, p. 611.



O **Acórdão do STJ, de 29.03.1995**<sup>115</sup>, veio acrescentar um novo ponto à discussão, defendendo que, ainda que a proibição imposta pelo artigo 356.º, n.º 7, não se aplique por regra às “conversas informais”, tal poderá acontecer quando se prove que o OPC escolheu deliberadamente esse meio de comunicação para evitar a proibição de leitura das declarações do arguido em audiência de julgamento. Caso contrário, não sendo feita essa prova, “o arguido, no caso do seu legítimo direito de recusar prestar declarações, em termos formais, isto é, exaradas em auto com observância das prescrições impostas pela lei de processo, pode fornecer às autoridades investigadoras alguns elementos úteis para a descoberta da verdade, dando causa a actos ou diligências com valor probatório”<sup>116</sup>.

DAMIÃO DA CUNHA critica este acórdão, considerando que “conduzirá, no resultado final, a uma subversão de toda a estrutura processual de produção de prova”<sup>117</sup>, pois “ficaria, naturalmente, em aberto saber quem é que deve provar: o arguido ou o próprio agente investigador?”<sup>118</sup>.

Um argumento apresentado pelo STJ foi o de que, estando os arguidos presentes na audiência, tiveram oportunidade para tomar posição perante os depoimentos prestados pelos OPC e de criar dúvidas quanto à sua credibilidade<sup>119</sup>. Ou seja, o facto de o arguido estar presente na audiência de julgamento aquando da prestação dos depoimentos por OPC seria suficiente para se considerarem asseguradas as garantias de defesa e contraditório daquele.

Este argumento foi apresentado por mais alguma jurisprudência<sup>120</sup>, nomeadamente pelo **Acórdão do TRC, de 18.06.2003**<sup>121</sup>, que tratou de conversas entre OPC e arguido, antes da sua constituição como tal, tidas no hospital para onde

---

<sup>115</sup> Acórdão do STJ, de 29.03.1995, pp. 279 e ss..

<sup>116</sup> Acórdão do STJ, de 29.03.1995, p. 296.

<sup>117</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 426.

<sup>118</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 425.

<sup>119</sup> Acórdão do STJ, de 29.03.1995, p. 297.

<sup>120</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 15.11.2000, *in CJ (STJ)*, Ano VIII, Tomo III, pp. 216 e ss.; de 20.04.2006; de 14.06.2006; do TRC, de 18.06.2003, pp. 51 e ss.; de 12.11.2003; de 09.05.2012; de 26.06.2013; do TRP, de 27.02.2008; de 05.05.2010; de 17.04.2013.

<sup>121</sup> Acórdão do TRC, de 18.06.2003, pp. 51 e ss..

este havia sido conduzido na sequência de um acidente de viação objeto de um processo. Em causa estão os depoimentos de OPC e de um enfermeiro que presenciou as conversas. O Tribunal concluiu pela admissibilidade dos depoimentos acerca das ditas “conversas informais”.

A argumentação do TRC assentou na consideração de que o facto de os depoimentos serem prestados em audiência seria suficiente para estarem asseguradas as garantias de defesa do arguido, que, estando presente, tem a possibilidade de contraditar aqueles depoimentos, cujo conteúdo se reporta ao que se lhe ouviu dizer.

Em conclusão, entendeu este Tribunal que “nada obsta à valoração e utilização dos depoimentos prestados em audiência por dois agentes da GNR na parte em que transmitiram ao tribunal aquilo que ouviram dizer ao arguido no Hospital onde ele havia sido conduzido após o acidente de viação objecto do processo”<sup>122</sup>.

Não se concorda com a teoria de que a mera presença do arguido na audiência de julgamento pode ser considerada suficiente para que estejam criadas as condições necessária à garantia dos seus direitos de defesa e para assegurar o respeito pelo princípio do contraditório.

DAMIÃO DA CUNHA critica fortemente o raciocínio do **Acórdão do STJ, de 29.03.1995**, argumentando com base em três pontos: “por um lado, a única possibilidade de contraditório, por parte dos arguidos, corresponderia, necessariamente, a uma coacção a prestar declarações ou ao reconhecimento de que, de facto, tinham prestado declarações; por outro lado, estando em causa, no depoimento dos órgãos de polícia criminal, o conteúdo de declarações prestadas pelo arguido, deverá atender-se a que estas declarações (...) estão sujeitas a regras específicas de produção de prova; por fim, não faz (...) sentido que o arguido possa contraditar declarações por si prestadas (não faz sentido que o sujeito da prova – o

---

<sup>122</sup> Acórdão do TRC, de 18.06.2003, Sumário, p. 51.

titular do direito de contraditório – coincida com o objecto da prova, isto é, seja o objecto do contraditório)”<sup>123</sup>.

O autor conclui a sua crítica a este propósito chamando a atenção para os riscos que surgem associados a uma “admissão, pouco criteriosa e pouco cautelosa, da reprodução, em audiência de julgamento, de declarações prestadas em fases anteriores à de julgamento”<sup>124</sup>.

No caso do **Acórdão do STJ, de 25.09.1997**<sup>125</sup>, a situação de facto era distinta das anteriormente referidas, pois as informações relevantes para a investigação foram fornecidas a um agente da PJ através de denúncia anónima. No entanto, mantém-se a posição de admitir a valoração de depoimento de OPC, afastando-se a aplicação do artigo 356.º, n.º 7, por aquele não ter tomado declarações em sentido formal e por o seu depoimento ter incidido sobre factos de que tomou conhecimento direto (“testemunho firmado em percepções pessoais que confirmaram informação anterior ((...) chegada de indivíduo cuja identidade não foi revelada) e sobre factos de que o agente policial teve conhecimento directo”, “mercê da vigilância a que procedeu ao local do crime ou da investigação que fez a partir da denúncia (...), ou ainda do que observou aquando da busca efectuada à residência do recorrente”)<sup>126</sup>.

É, portanto, possível afirmar que não existe qualquer dúvida neste ponto, mas sim um amplo consenso e jurisprudência consolidada neste sentido: quanto a factos que tenham conhecido no decurso do processo por meios diferentes das declarações do arguido, ainda que através de “conversas informais”, os OPC poderão depor sobre aquilo de que tenham conhecimento direto<sup>127</sup>. Assim, uma eventual proibição

<sup>123</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 430.

<sup>124</sup> JOSÉ DAMIÃO DA CUNHA, “O regime processual de leitura de declarações (...)”, p. 431.

<sup>125</sup> Acórdão do STJ, de 25.09.1997, *in BMJ*, n.º 469, pp. 351 e ss..

<sup>126</sup> Acórdão do STJ, de 25.09.1997, pp. 355-356.

<sup>127</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 25.06.1992; de 24.02.1993, *in CJ (STJ)*, Ano I, Tomo I, pp. 202 e ss.; de 22.04.1993; de 30.06.1994; de 16.05.1996, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1996, p. 37; de 09.10.1996, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1996, p. 112; de 24.10.1996, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1996, p. 132-133; de 30.10.1996, *in BMJ*, n.º 460, pp. 425 e ss.; de 11.12.1996, *in BMJ*, n.º 462, pp. 299 e ss.; de 22.01.1997; de 22.05.1997; de 30.09.1998, *in BMJ*, n.º 479, pp. 414 e ss.; de 21.01.1999, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal –

de valoração de “conversas informais” não afeta diretamente as provas consequenciais cuja obtenção tenha sido possível graças àquelas, não sendo, à partida, proibido o uso e valoração destes conhecimentos em audiência de julgamento enquanto meios de prova autónomos<sup>128</sup>.

Acerca de diligências de investigação realizadas por OPC na sequência de “conversas informais”, para comprovar a sua autenticidade, salientam os MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO que, ao invés do que acontece com a mera reprodução das declarações do arguido, os OPC fazem um relato daquilo que perceberam diretamente, sendo a conversa com o arguido apenas uma indicação do caminho a seguir para chegar à comprovação dos factos”<sup>129</sup>.

## 2. Depoimento sobre “conversas informais”

Utilizando a divisão preconizada por CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, pode afirmar-se que as “conversas informais” mantidas com o arguido se reconduzem a três grupos distintos.

Em primeiro lugar, “aqueles casos que dizem respeito às afirmações percebidas pelo OPC, enquanto cidadão comum, em momentos da vida quotidiana (porventura, sem saber do crime cometido ou em preparação e sem

---

Ano de 1999, pp. 17-18; de 13.05.1999; de 15.11.2000, pp. 216 e ss.; de 30.05.2001, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 2001, pp. 136-137; de 11.07.2001, *in CJ (STJ)*, Ano IX, Tomo III, pp. 166 e ss.; de 20.11.2002, *in CJ (STJ)*, Ano X, Tomo III, pp. 232 e ss.; de 17.11.2004, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 2004, p. 66; de 23.02.2005, *in CJ (STJ)*, Ano XIII, Tomo I, pp. 210 e ss.; de 30.03.2005, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 2005, pp. 126-127; de 20.04.2006; de 14.06.2006; de 15.02.2007; de 28.09.2011; de 08.01.2014; do TRC, de 12.11.2003; de 10.12.2003; de 18.02.2004; de 16.01.2008, *in CJ*, Ano XXXIII, Tomo I, pp. 43 e ss.; de 02.04.2008; de 09.07.2008; de 01.04.2009; de 07.04.2010; de 05.01.2011; de 12.01.2011; de 21.03.2012; de 29.05.2013; de 18.06.2014; do TRE, de 02.12.2003; de 02.03.2004; do TRG, de 29.03.2011, p. 304 e ss.; de 11.04.2011; do TRL, de 30.03.2009; de 24.01.2012; do TRP, de 07.03.2007, Processo n.º 0642960; de 27.02.2008; de 09.09.2009; de 09.11.2011; de 27.06.2012; de 17.04.2013.

<sup>128</sup> SANDRA OLIVEIRA E SILVA, “Legalidade da prova e provas proibidas”, p. 567, nota de rodapé 42.

<sup>129</sup> MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO, *Código de Processo Penal, Comentários e notas práticas*, p. 899.

suspeita prévia do seu “interlocutor”)<sup>130</sup>. Estas situações, que se podem remeter para o conceito de “conversa informais” extraprocessuais *tout court*, configuram indubitavelmente depoimentos indiretos. Contudo, não se aceitando a aplicação do regime do artigo 129.º aos casos em que a fonte seja o arguido, não poderão ser valorados ao abrigo deste regime.

Em segundo lugar, “aqueles casos que, no extremo oposto, correspondem às afirmações proferidas *por ocasião* ou *por causa* de actos processuais de recolha de *declarações* (*maxime*, à saída, no decurso ou antes do interrogatório)”<sup>131</sup>.

Em terceiro lugar, “aqueles casos, de índole intermédia, relativos a conversas (indicações de localização de produto do crime ou de outros suspeitos, explicações do facto, etc.) tidas com os membros de um OPC no decurso de certos actos processuais de ordem material ou de investigação “no terreno” (buscas, vigilâncias, resgate de sequestrados, socorro às vítimas, etc.), bem como em acções de prevenção e manutenção da ordem pública e são aqueles confrontados com a ocorrência de um crime, em flagrante ou não”<sup>132</sup>.

Em relação às situações destes dois últimos grupos, uma análise cuidada da extensa jurisprudência sobre a matéria permite agrupar os arestos, bem como as opiniões doutrinárias, em duas grandes correntes.

### a) Proibição de valoração de “conversas informais” anteriores e posteriores à constituição de arguido

Quanto à primeira corrente, veja-se desde logo o **Acórdão do STJ, de 29.01.1992**<sup>133</sup>, que foi um dos primeiros a pronunciar-se sobre esta temática. A

---

<sup>130</sup> CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, “Depoimento indirecto e arguido”, p. 176; Acórdão do STJ, de 27.06.2012.

<sup>131</sup> CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, “Depoimento indirecto e arguido”, p. 176; Acórdão do STJ, de 27.06.2012.

<sup>132</sup> CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, “Depoimento indirecto e arguido”, p. 176; Acórdão do STJ, de 27.06.2012.

<sup>133</sup> Acórdão do STJ, de 29.01.1992, pp. 20 e ss..

questão diretamente submetida aos poderes de cognição deste Tribunal era a da admissibilidade de depoimento de OPC acerca de conversa tida com o arguido antes da sua constituição como tal.

O STJ refere-se à obrigação de constituição de arguido quando “correndo inquérito contra pessoa determinada, esta prestar declarações perante qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal” (artigo 58.º, n.º 1, al. a); hoje com uma letra ligeiramente diferente), sob pena de tais meios de prova não poderem ser valorados (artigo 58.º, n.º 3; atualmente, esta disposição encontra-se consagrada no n.º 5 e com uma pequena alteração). Considerando este Supremo Tribunal que tal disposição se reporta a quaisquer declarações, sejam elas escritas ou não, apoia-se em tal para concluir que não podem ser ouvidos depoimentos de OPC que conduzam ou tenham intervenção material no inquérito (no caso, OPC que participaram nas conversas ou que assistiram a estas enquanto dactilógrafos do ato de interrogatório) acerca do conteúdo de declarações informais prestadas pelo arguido antes da sua constituição como tal mas depois de iniciado processo contra ele.

Também GERMANO MARQUES DA SILVA se pronuncia neste sentido: “as declarações de uma pessoa prestadas a um órgão de polícia criminal antes da sua constituição formal como arguido, mas quando já o deveria ter sido, não podem ser utilizadas no processo e por isso também que o órgão de polícia criminal não possa ser admitido a depor sobre o conteúdo dessas declarações”<sup>134</sup>.

A lei não deixa aqui margem para dúvidas, sendo claro que, quando já recaia uma suspeita sobre uma determinada pessoa e esta não seja imediatamente constituída arguida, quaisquer declarações que ela venha a prestar não poderão ser apreciadas pelo Tribunal.

---

<sup>134</sup> GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, volume II, p. 232.

Outro acórdão que se revelou marcante para a temática das “conversas informais”, e em que se retomou de certo modo a linha de pensamento do **Acórdão do STJ, de 29.01.1992**<sup>135</sup>, foi o **Acórdão do STJ, de 11.07.2001**<sup>136</sup>.

No caso deste aresto, o arguido confessou os factos no inquérito, negou-os na instrução e remeteu-se ao silêncio na audiência de julgamento. O que está em causa é o depoimento de um inspetor que procedeu ao inquérito e uma diligência externa realizada com base em declarações do arguido (identificação dos locais onde ateou os fogos e o modo como os ateou).

O tribunal não teve em conta as declarações prestadas pelo arguido nas fases anteriores do processo, por aplicação do disposto no artigo 356.º, n.º 7 (aplicável às declarações do arguido, por remissão do artigo 357.º, n.º 3; hoje, n.º 3), não tendo sido valorado o depoimento do OPC nem o relatório da diligência externa, por ter sido considerada como uma extensão das palavras do arguido.

A propósito da possibilidade de leitura de declarações do arguido ao abrigo do artigo 357.º, n.º 1, al. b) (“quando, tendo sido feitas perante o juiz, houver contradições ou discrepâncias sensíveis entre elas e as feitas em audiência que não possam ser esclarecidas de outro modo”; disposição hoje com letra diferente, como referido anteriormente), salienta o STJ que, nos casos em que o arguido se remete ao silêncio na audiência de julgamento, “não se poderá falar em contradição ou discrepância com as anteriores declarações: o silêncio não pode ter esse significado, pois em direito, como princípio, o silêncio não tem o valor de sim (quem cala consente), de não ou talvez, é mesmo a ausência de declaração, o que não pode ser considerado contraditório ou discrepante da prestação anterior de declarações, num ou noutro sentido. O oposto do silêncio consiste em falar ou expressar-se de modo inteligível”<sup>137</sup> <sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> Acórdão do STJ, de 29.01.1992, pp. 20 e ss..

<sup>136</sup> Acórdão do STJ, de 11.07.2001, pp. 166 e ss.

<sup>137</sup> Acórdão do STJ, de 11.07.2001, p. 169.

<sup>138</sup> Este argumento é utilizado por alguma jurisprudência. Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do TRC, de 15.12.2004, pp. 53 e ss.; do TRE, de 02.12.2003; de 13.01.2004; do TRP, de 10.09.2008.

O arguido foi absolvido, concluindo o Tribunal nos seguintes termos: “em resumo: porque a confissão do arguido durante o inquérito, mesmo perante magistrado judicial, não pode ser atendida dada a proibição da sua leitura uma vez que o arguido se remeteu ao silêncio em audiência de julgamento; porque a diligência externa realizada assenta nas declarações do mesmo arguido, sendo um seu complemento, ainda assim apenas realizada pelo OPC; porque o Colectivo considerou insuficientes para a condenação os restantes elementos, em sua livre convicção”<sup>139</sup>.

Debruça-se o STJ sobre a questão das “conversas informais”, invocando o princípio da legalidade (consagrado, nomeadamente, nos artigos 2.º do CPP, 29.º da CRP e 262.º e 267.º do CPP) para rejeitar terminantemente a valoração de quaisquer conversas que não sejam formalmente reduzidas a escrito, que considerando como fraude à lei. Ou seja, para o Tribunal, apenas as declarações que sejam reduzidas a auto e respeitem as regras legais de produção e recolha de prova podem ser alvo de valoração (“não há conversas informais, com validade probatória, à margem do processo, sejam quais forem as formas que assumam desde que não tenham assumido os procedimentos de recolha admitidos por lei e por ela sancionados”<sup>140</sup>.

A posição adotada pelo STJ neste aresto foi, portanto, a de que o princípio da legalidade, assim como, nomeadamente, o disposto no artigo 275.º, n.º1, impõem que quaisquer conversas da natureza das que estão em discussão devam ser reduzidas a escrito. Caso contrário, nunca poderão ser valoradas em audiência de julgamento. E mesmo constando de auto, estarão abrangidas pela proibição de leitura.

Esta rejeição da admissibilidade de depoimento de OPC é largamente defendida pela jurisprudência<sup>141</sup>, e também grande parte da doutrina demonstra o seu apoio a esta posição.

---

<sup>139</sup> Acórdão do STJ, de 11.07.2001, p. 172.

<sup>140</sup> Acórdão do STJ, de 11.07.2001, p. 170.

<sup>141</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 29.06.1995; de 10.01.2001; de 07.02.2001, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 2001, p. 37; de 30.10.2001; de 03.10.2002; de 08.01.2003; de 09.07.2003; de 22.04.2004; de 30.03.2005, pp. 126-127; de 20.04.2006; de 14.06.2006; de



SOFIA MENEZES afirma concordar com o “entendimento da jurisprudência, ao proteger o silêncio do arguido mediante a proibição da valoração das denominadas «conversas informais», entre o arguido e os agentes policiais, realizadas na fase do inquérito e à imagem das garantias e formalidades que a lei impõe, e que poderiam frustrar ilegítimamente o seu direito ao silêncio, através da «confissão por ouvir dizer», relatada pela testemunha”<sup>142</sup>.

PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE demonstra a sua adesão expressa às conclusões a que chega o **Acórdão do STJ, de 11.07.2001**, assim como o **Acórdão do STJ, de 29.01.1992**. Remetendo para estes dois arestos, e invocando o direito ao silêncio e o princípio da imediação, conclui aquele autor que as “conversas informais” que não ficaram registadas em auto não podem ser consideradas meio de prova, pois tal constituiria uma “fraude à lei”<sup>143</sup>.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, diz-se, p. e., no **Acórdão do TRP, de 11.10.2000**: “a razão de ser da proibição é a mesma para as declarações que foram feitas constar de auto e para as que não foram. (...) A circunstância de a lei não falar nas declarações não reduzidas a auto só significa que tudo se passa como se elas não existissem”<sup>144</sup>.

O **Acórdão do STJ, de 09.07.2003**, que se debruçou sobre um caso de tráfico de estupefacientes, seguiu o mesmo raciocínio, apoiando-se igualmente no princípio da legalidade. Diz-se neste aresto que “a inquirição das testemunhas sobre o conteúdo de eventuais declarações do arguido, (...) caso tivessem sido reduzidas a auto, não poderiam ser lidas na audiência de julgamento”, pois tal “constituiria manifesta ofensa do fim prosseguido pela lei (...), designadamente a salvaguarda dos princípios da oralidade, da imediação, da publicidade, do contraditório, da

---

15.02.2007; do TRC, de 18.06.2003, pp. 51 e ss.; de 10.12.2003; de 18.02.2004; de 15.12.2004, pp. 53 e ss.; de 16.01.2008, pp. 43 e ss.; de 29.05.2013; de 19.06.2013; do TRE, de 02.12.2003; de 13.01.2004; de 03.12.2014; do TRG, de 31.05.2010; de 29.03.2011, p. 304 e ss.; de 29.04.2010; de 03.05.2011; do TRP, de 11.10.2000, *in* CJ, Ano XXV, Tomo IV, pp. 231 e ss.; de 07.03.2007, Processo n.º 0646472; de 07.03.2007, Processo n.º 0642960; de 27.02.2008; de 10.09.2008; de 09.09.2009; de 23.05.2012; de 27.06.2012.

<sup>142</sup> SOFIA SARAIVA DE MENEZES, “O direito ao silêncio: a verdade por detrás do mito”, p. 126.

<sup>143</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, p. 924.

<sup>144</sup> Acórdão do TRP, de 11.10.2000, p. 232.

concentração”. Assim, o Tribunal considerou inválido o meio de prova constituído pelo relato feito por OPC acerca da busca a que procederam em casa do arguido e em que este terá dito “se houver droga fora de casa, não é nossa”.

No **Acórdão do STJ, de 11.07.2001**, tece o Coletivo a final interessantes considerações acerca da conclusão a que chegou, classificando-a como “de algum modo em contrapé com o interesse público na perseguição dos criminosos, da segurança dos cidadãos e das garantias que devem provir de um Estado de direito, bem como da confiança nas instituições”. O regime atual assegura a independência do arguido em matéria de defesa, procurando evitar que interações anteriores influenciem o julgamento, momento para o qual se reserva uma “completa autonomia e liberdade na atitude pessoal a tomar perante a imputação”. Termina o STJ dizendo que “se o sistema é excessivo na protecção e garantia do arguido, ficando ao alcance de uma “boa estratégia de defesa”, não cabe aqui avaliar”, pois o que cabe aos tribunais é interpretar a lei no caso concreto de forma imparcial e independente e descobrir a verdade dentro e dos limites do Processo, e não “suprir falhas de investigação ou de oportunas diligências que plasmem a prova em ordem a poder ser apreciada na audiência de julgamento”<sup>145</sup>.

Criticando a linha de pensamento desenvolvida no **Acórdão do STJ, de 11.07.2001**, diz-se no **Acórdão do TRE, de 02.03.2004** que não existe fundamento legal para, quando o arguido se remete ao silêncio, não se valorar depoimentos de OPC acerca de diligências que tenham conduzido e em que o arguido tenha participado ativamente e que o entendimento preconizado naquele acórdão do STJ “poderia levar, no extremo, a uma (...) perversão do sistema, (...) perniciosa e indesejável (...): um arguido, eventualmente bem aconselhado, confessando perante o OPC a autoria dos factos de cuja prática era suspeito e colaborando, de forma activa e interessada, em todas as diligências de prova subsequentes, remetendo-se ao silêncio em julgamento, inutilizaria - desta forma habilidosa - todo o trabalho de investigação realizado”.

---

<sup>145</sup> Acórdão do STJ, de 11.07.2001, p. 172.

**b) Permissão de valoração de “conversas informais” anteriores à constituição de arguido e proibição de valoração de “conversas informais” posteriores à constituição de arguido**

Relativamente à segunda e mais recente corrente de opinião, um acórdão que se revelou de grande importância foi o **Acórdão do STJ, de 15.02.2007**. Estava em causa a valoração de depoimentos de OPC cujo conteúdo foi o de que, no decorrer de uma busca, encontraram sacos de heroína e uma balança que o arguido afirmou serem seus. Decidiu o Tribunal pela valoração dos depoimentos, pelo facto de a afirmação do arguido ter ocorrido antes mesmo da instauração do inquérito e, portanto, antes da sua constituição como tal, e nessa fase de aquisição da notícia do crime os OPC têm o dever de recolher todas as informações possíveis para assegurar os meios de prova (artigo 249.º). Assim, o STJ entendeu que, nestes casos, não se analisam “conversas informais”, mas apenas recolhas de informação.

Neste contexto, faz sentido separar as situações anteriores e as posteriores ao momento da constituição de arguido. Defendeu neste acórdão o nosso Supremo Tribunal uma diferença no tratamento a dar aos depoimentos de OPC em função de se referirem a declarações anteriores ou posteriores à constituição de arguido. Esta posição, apresentada e defendida em termos muito claros, veio a receber adesão jurisprudencial<sup>146</sup>.

O Tribunal argumenta que a recolha de informações aquando da aquisição da notícia do crime, não existindo ainda inquérito, constitui “uma fase de pura recolha informal de indícios, que não é dirigida contra ninguém em concreto”, ou seja, “essas informações não são declarações em sentido processual, precisamente porque não há ainda processo”.

---

<sup>146</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 03.03.2010; de 27.06.2012; do TRC, de 09.07.2008; de 05.01.2011; de 12.01.2011; de 09.05.2012; de 11.09.2013; de 12.12.2013; de 18.06.2014; do TRE, de 04.06.2013; de 02.07.2013; de 21.10.2014; do TRL, de 30.03.2009; de 29.05.2012; do TRP, de 21.03.2013; de 17.04.2013; de 23.10.2013.

Diferente é o caso das “conversas informais” que tenham lugar depois da instauração do inquérito e da constituição de arguido. Na base da argumentação do Tribunal está o pressuposto de que o direito ao silêncio apenas “ganha vida” com a constituição de arguido, momento a partir do qual a recolha e valoração das suas declarações tem de ser feita no estrito respeito da lei, não podendo ter-se em conta quaisquer provas recolhidas de forma informal.

Pode, assim, entender-se o momento da constituição de arguido, nas palavras de SANTOS CABRAL, como “um momento, uma linha de fronteira na admissibilidade das denominadas “conversas informais”, pois que é a partir daí que as suas declarações só podem ser recolhidas, e valoradas, nos estritos termos indicados na lei, sendo irrelevantes todas as conversas, ou quaisquer outras provas, recolhidas informalmente”<sup>147</sup>.

Conclui este autor que não são abrangidos pelas proibições plasmadas nos artigos 129.º e 357.º os depoimentos de OPC acerca de “afirmações e contribuições informatórias do arguido – tal como de factos, gestos, silêncios, reacções, etc – de que tomaram conhecimento fora do âmbito de diligências de prova produzidas sob a égide da oralidade (interrogatórios, acareações etc.) e que não o devessem ser sobre tal formalismo, bem como no âmbito das demais diligências, actos de investigação e meios de obtenção de prova (actos de investigação proactiva, buscas e revistas, exames ao lugar do crime, reconstituição do crime, reconhecimentos presenciais, entregas controladas, etc) que tenham autonomia técnico-jurídica”<sup>148</sup>.

Saliente-se que a solução possível ao abrigo do regime do CPP recebe algumas críticas por parte da doutrina, em especial relativamente à sua adaptação aos dias de hoje.

À luz do disposto nos artigos 356.º e 357.º, pode dar-se o caso de um arguido confessar a prática de um crime nas fases anteriores ao julgamento e posteriormente

---

<sup>147</sup> ANTÓNIO DA SILVA HENRIQUES GASPAR *et al*, *Código de Processo Penal Comentado*, p. 492; Acórdão do STJ, de 27.06.2012.

<sup>148</sup> ANTÓNIO DA SILVA HENRIQUES GASPAR *et al*, *Código de Processo Penal Comentado*, p. 495; Acórdão do STJ, de 27.06.2012.

vir a ser absolvido por essa confissão não ser poder ser valorada e não existirem outros meios de prova suficientes para o efeito. Este regime, “gizado para prevenir as confissões prestadas à força em tempos de ditadura, perante um inquérito meramente policial e não judicial”<sup>149</sup>, talvez não se adapte inteiramente à atualidade.

No mesmo sentido, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, em declarações ao jornal *Sol*, afirma considerar que o regime é profundamente injusto e cria a situação de um juiz “manietado”, pelo facto de no nosso sistema o arguido só poder ser condenado com base na prova que é feita em julgamento, o que significa, na prática, que se o arguido tiver confessado tudo durante o inquérito e se remeter ao silêncio no julgamento, isso não poderá ser tido em conta pelo juiz<sup>150</sup>.

A relevância destes comentários é indiscutível, mas também é importante não esquecer que o Processo Penal tem uma multiplicidade de finalidades (entre as quais a realização da justiça, a descoberta da verdade e a proteção dos direitos fundamentais das pessoas, nomeadamente o arguido, face ao Estado) e que, sendo impossível alcançar a sua harmonização integral, deve procurar-se sempre a sua compatibilização da forma mais equilibrada possível<sup>151</sup>.

### 3. O caso específico do depoimento sobre a reconstituição do facto

Relativamente a esta matéria, uma argumentação que se revelou importante e foi amplamente seguida<sup>152</sup> foi a desenvolvida no **Acórdão do STJ, de 05.01.2005**. No caso em apreço, dois inspetores da PJ, que efetuaram diligências de investigação em

---

<sup>149</sup> VINÍCIO A. P. RIBEIRO, *Código de Processo Penal, Notas e Comentários*, p. 991.

<sup>150</sup> “O silêncio do arguido”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 68, 2010, p. 12.

<sup>151</sup> JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, “Os princípios estruturantes do processo e a revisão de 1998 do Código de Processo Penal”, p. 202.

<sup>152</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 20.04.2006; de 27.06.2012; do TRC, de 01.04.2009; do TRE, de 30.09.2008; do TRP, de 07.03.2007, Processo n.º 0642960; de 12.12.2007; de 09.09.2009; de 23.05.2012; de 27.06.2012; de 08.10.2014.

relação ao assalto de que o arguido vinha acusado, referiram em depoimento que um arguido teria indicado as casas assaltadas no decurso de um auto de reconstituição dos factos. Na audiência de julgamento os arguidos não prestaram declarações.

Este Supremo Tribunal afasta a recondução da problemática ao disposto nos artigos 356.º, n.º 7, e 357.º, n.º 2 (atual n.º 3), que têm um âmbito de aplicação limitado às declarações do arguido enquanto meio de prova, prestadas segundo o disposto nos artigos 140.º e ss. e 343.º e ss..

A argumentação apoia-se no direito ao silêncio e à não autoincriminação, mas também no facto de a escolha de participar ou não na investigação ser da inteira liberdade do arguido, “que pode livremente colaborar na investigação e contribuir para aquisições probatórias substanciais autónomas das simples declarações que as proporcionam, e que, nessa medida, não podem ser eliminadas posteriormente pela invocação da garantia contra a auto-incriminação”.

O STJ conclui pela possibilidade de valoração e pela não inclusão no âmbito de aplicação do artigo 356.º, n.º 7, de depoimentos de OPC acerca da forma como decorreu uma reconstituição, mesmo que o arguido nela tenha participado. Isto porque as contribuições do arguido se confundem com a própria diligência, não correspondendo a declarações do arguido enquanto meio de prova, mas já a um outro meio de prova autónomo, a reconstituição.

JOSÉ VAZ SANTOS CARVALHO, que votou vencido no **Acórdão do STJ, de 20.04.2006**, conhecido como “caso Joana”, tomou posição acerca da valoração da reconstituição com participação do arguido. A este propósito, afirma só considerar diluídas na reconstituição “as contribuições verbais do arguido (...) que se mostrarem indispensáveis à compreensão dos actos que o arguido pretende reconstituir”, tudo o resto devendo receber o mesmo tratamento que as “conversas informais”.

Também no **Acórdão do TRC, de 10.07.2013** se defende que apenas as declarações do arguido indispensáveis aos termos da reconstituição podem ser tidas

em conta, pois a reconstituição “não pode servir para contornar os casos de proibição de prova previstos nos artigos 356.º e 357.º”.

EURICO BALBINO DUARTE<sup>153</sup> sintetiza de forma clara as divergências jurisprudenciais observadas.

Saliente-se, desde logo, que se verifica uma primeira grande divisão. Por um lado, existe uma orientação que entende “as declarações que o arguido produza durante a reconstituição como parte integrante e incindível daquela, não se autonomizando e não valendo portanto enquanto tal, pelo que não obstaculizam a válida reprodução em audiência do meio de prova prevista no art. 150.º”<sup>154 155</sup>.

Por sua vez, a orientação contrária defende a separação entre a reconstituição do facto e as declarações do arguido, advogando que “apenas os actos materiais praticados na reconstituição realizada no inquérito ou na instrução e os correspondentes resultados factuais são atendíveis em sede probatória no julgamento, e não já as declarações que o arguido tenha proferido no decurso da mesma”<sup>156 157</sup>.

Face a esta distinção, bem como às diversas posições acerca daquilo que se deve entender por “declarações de leitura proibida” para efeitos dos artigos 356.º e 357.º, o autor apresenta três correntes que representam as consequências em matéria de depoimento de OPC sobre declarações prestadas no contexto de uma reconstituição.

A primeira corrente, de natureza permissiva, considera que estes depoimentos não são abrangidos pela proibição do artigo 356.º, n.º 7 (aplicável às declarações do arguido, por remissão do artigo 357.º, n.º 3), pois se reportam a elementos distintos

---

<sup>153</sup> EURICO BALBINO DUARTE, “*Making of* – A reconstituição do facto no processo penal português”, in *Prova Criminal e Direito de defesa – Estudos sobre Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 53-58.

<sup>154</sup> EURICO BALBINO DUARTE, “*Making of* – A reconstituição do facto no processo penal português”, p. 53.

<sup>155</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 05.01.2005; de 20.04.2006; do TRE, de 30.09.2008; do TRP, de 10.09.2008; de 12.12.2007.

<sup>156</sup> EURICO BALBINO DUARTE, “*Making of* – A reconstituição do facto no processo penal português”, p. 54.

<sup>157</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 03.10.2002; de 14.06.2006; do TRC, de 22.10.2003.

das declarações do arguido, podendo os OPC depor sobre o ocorrido numa reconstituição<sup>158</sup>.

No vetor oposto, outra corrente, de carácter restritivo, proíbe “não apenas o depoimento sobre as declarações ouvidas ao arguido durante a diligência, mas também aquele que verse sobre os próprios factos percebidos na sequência (...) das informações prestadas – situação que será a mais frequente na reconstituição do facto”<sup>159 160</sup>.

Por sua vez, uma corrente mais moderada concede o depoimento de OPC acerca do curso de uma reconstituição, somente permitindo a valoração daquilo que tenha sido observado diretamente, e não do que tenha sido revelado pelo arguido na diligência<sup>161</sup>.

Aqui se situa a posição de EURICO BALBINO DUARTE, que defende que “as declarações prestadas durante a reconstituição do facto (...) não são de todo informais, porque ainda que não tenham sido gravadas ou reduzidas a auto, (...) encontram-se compreendidas no âmbito de um meio de prova legalmente previsto, o qual lhes dá, por assim dizer, forma processual”<sup>162</sup> e recorre à proibição do artigo 356.º, n.º 7 (aplicável às declarações do arguido, por remissão do artigo 357.º, n.º 3) para afirmar que “enquanto declarações sobre declarações, não são válidos os depoimentos de testemunhas da reconstituição sobre o que quer que o arguido tenha nela verbalizado, a menos que ele nisso consinta”<sup>163</sup>.

Quanto aos factos percebidos diretamente pelas testemunhas, não existe dúvidas de que são admissíveis enquanto conteúdo de um depoimento indireto.

---

<sup>158</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 11.12.1996, pp. 299 e ss.; de 05.01.2005; de 20.04.2006; de 27.06.2012; do TRC, de 02.04.2008; do TRP, de 12.12.2007; de 10.09.2008; de 23.05.2012; de 27.06.2012; de 08.10.2014.

<sup>159</sup> EURICO BALBINO DUARTE, “*Making of* – A reconstituição do facto no processo penal português”, p. 58.

<sup>160</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 11.07.2001, pp. 166 e ss.; de 03.10.2002; do TRC, de 18.02.2004.

<sup>161</sup> Refiram-se, nomeadamente, os Acórdãos do STJ, de 22.04.2004; de 14.06.2006; do TRC, de 01.04.2009; de 22.10.2003; do TRP, de 27.02.2008; de 13.06.2012.

<sup>162</sup> EURICO BALBINO DUARTE, “*Making of* – A reconstituição do facto no processo penal português”, 58.

<sup>163</sup> EURICO BALBINO DUARTE, “*Making of* – A reconstituição do facto no processo penal português”, 59.



Porém, dado o elevado grau de dificuldade em separar as contribuições do arguido que podem ser consideradas indispensáveis e outras que podem ser de uma utilidade mais reduzida, mas ainda assim relevantes, oferece-se apoio à classificação das contribuições do arguido como incindíveis da reconstituição. Assim, não se tratando de declarações do arguido enquanto meio de prova para os efeitos dos artigos 140.º e ss. e 343.º e ss., não há sujeição à proibição decorrente dos artigos 356.º e 357.º e a reconstituição pode ser reproduzida e valorada sem restrições na audiência de julgamento.

## Conclusões

1. O conceito de “conversas informais” prende-se com o facto de não serem respeitados os requisitos dos artigos 140.º e ss. e 343.º e ss., daí decorrendo a “informalidade” daquelas. Existem “conversas informais” que não constam em auto e em relação às quais não haverá, à partida, impedimento a que possam ser utilizadas como prova. Incluem-se aqui as conversas que tenham lugar no contexto de diligências processuais, meios de obtenção de prova, atos processuais de ordem material ou de investigação “no terreno”, ou ações de prevenção e manutenção da ordem pública, que não estejam sujeitas ao princípio da oralidade e que tenham autonomia técnico-jurídica e fenoménica dentro do processo.
2. As “conversas informais” intraprocessuais ocorrem no âmbito de um processo em curso (antes, durante ou após atos de ação preventiva ou de investigação, meios de obtenção de prova ou outras diligências processuais). As “conversas informais” extraprocessuais ocorrem fora de um contexto processual (antes, durante ou após a prática do crime). A resposta à questão da admissibilidade ou inadmissibilidade de depoimento acerca da realização e do conteúdo de “conversas informais” pode variar em função de estas serem intra ou extraprocessuais.
3. As “conversas informais” podem ter lugar antes ou depois da constituição de arguido. Esta distinção pode ter relevo na resposta a dar à questão da admissibilidade ou inadmissibilidade de depoimento sobre a sua realização e conteúdo.
4. Existem situações de fronteira em que pode haver uma colisão entre a realização de diligências probatórias e o direito ao silêncio. Nestes casos, deve analisar-se se os direitos ao silêncio e à não autoincriminação têm como objeto

apenas as declarações do arguido ou se têm um âmbito tão amplo que permita a recusa à sujeição às diligências de obtenção da prova. Recorrendo ao importante princípio da concordância prática, procura-se a compatibilização entre todos os princípios colidentes, harmonizando-os entre si.

5. Rejeita-se a interpretação da proibição consagrada no artigo 356.º, n.º 7 (aplicável às declarações do arguido, por remissão do artigo 357.º, n.º 3) no sentido de que os OPC não podem ser testemunhas. Este preceito proíbe apenas a reprodução de declarações cuja leitura não é permitida. Ou seja, excluído o disposto no artigo 356.º, n.º 7, e não existindo qualquer imposição de segredo profissional, os OPC poderão sempre, em abstrato, depor em audiência de julgamento, pois não sofrem de qualquer incapacidade nem impedimento.
6. Não se aceita a aplicação do regime do depoimento indireto aos casos em que a fonte do seja o arguido. O artigo 129.º apenas se aplica no âmbito da prova testemunhal, dada a inequívoca distinção entre os estatutos de arguido e de testemunha.
7. Desde que o depoimento dos OPC não verse sobre o conteúdo de declarações cuja leitura não é permitida, o simples facto de haver no processo tais declarações não pode implicar por si só que os OPC não possam depor acerca de factos de que tenham obtido conhecimento direto na prossecução da atividade investigatória de que são incumbidos, pois tal seria contraditório com o princípio da investigação ou da verdade material que rege o nosso Processo Penal.
8. A mera presença do arguido na audiência de julgamento aquando da prestação dos depoimentos por OPC não é suficiente para se considerarem asseguradas as garantias de defesa e contraditório daquele. Por um lado, a única possibilidade de contraditório, por parte dos arguidos, corresponderia, necessariamente, a uma coação a prestar declarações ou ao reconhecimento de

que, de facto, tinham prestado declarações. Por outro lado, estando em causa, nos depoimentos de OPC, o conteúdo de declarações prestadas pelo arguido, deverá atender-se a que estas estão sujeitas a regras específicas de produção de prova. Por fim, não faz sentido que o arguido possa contraditar declarações por si prestadas (não faz sentido que o sujeito da prova – o titular do direito de contraditório – coincida com o objeto da prova, isto é, seja o objeto do contraditório).

9. Existe um amplo consenso e jurisprudência consolidada no sentido de que quanto a factos que tenham conhecido no decurso do processo por meios diferentes das declarações do arguido, ainda que através de “conversas informais”, os OPC poderão depor sobre aquilo de que tenham conhecimento direto).
10. Uma eventual proibição de valoração de “conversas informais” não afeta diretamente as provas consequenciais cuja obtenção tenha sido possível graças àquelas, não sendo, à partida, proibido o uso e valoração destes conhecimentos em audiência de julgamento enquanto meios de prova autónomos.
11. As “conversas informais” extraprocessuais *tout court* configuram indubitavelmente depoimentos indiretos. Não se aceitando a aplicação do regime do artigo 129.º aos casos em que a fonte seja o arguido, não poderão ser valorados ao abrigo deste regime.
12. A lei impõe, de forma clara, que, quando recaia uma suspeita sobre uma determinada pessoa e esta não seja imediatamente constituída arguida, quaisquer declarações que ela venha a prestar não poderão ser apreciadas pelo Tribunal.
13. Defende-se uma diferença no tratamento a dar aos depoimentos de OPC em função de se referirem a declarações anteriores ou posteriores à constituição

de arguido. Entende-se o momento da constituição de arguido como um momento, uma linha de fronteira na admissibilidade das “conversas informais”, pois é a partir daí que as suas declarações só podem ser recolhidas, e valoradas, nos estritos termos indicados na lei, sendo irrelevantes todas as conversas, ou quaisquer outras provas, recolhidas informalmente.

14. Dado o elevado grau de dificuldade em separar as contribuições do arguido que podem ser consideradas indispensáveis e outras que podem ser de uma utilidade mais reduzida, mas ainda assim relevantes, oferece-se apoio à classificação das contribuições do arguido como incindíveis da reconstituição. Assim, não se tratando de declarações do arguido enquanto meio de prova para os efeitos dos artigos 140.º e ss. e 343.º e ss., não há sujeição à proibição decorrente dos artigos 356.º e 357.º e a reconstituição pode ser reproduzida e valorada sem restrições na audiência de julgamento.

## Bibliografia

ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE

– *Comentário do Código de Processo Penal*, 4.<sup>a</sup> edição atualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, pp. 358-364 e 916-924

ANDRADE, MANUEL DA COSTA

– *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal*, Reimpressão, Coimbra Editora, Coimbra, 2006, pp. 120-132

BARREIROS, JOSÉ ANTÓNIO

– “Depoimento policial em audiência penal. Âmbito e limites”, *in Polícia e Justiça*, n.º 4, 2004, pp. 19-31

BELEZA, MARIA TERESA PIZARRO

– “«Tão amigos que nós éramos»: o valor probatório do depoimento de co-arguido no Processo Penal português”, *in Revista do Ministério Público*, n.º 74, Abril-Junho de 1998, pp. 39-60

CUNHA, JOSÉ DAMIÃO DA

– “O regime processual de leitura de declarações na audiência de julgamento (arts. 356.º e 357.º do CPP)”, *in RPCC*, Ano 7, 3.º Fascículo, 1997, pp. 403-443

FILIPA ROMANO

DIAS, AUGUSTO SILVA E VÂNIA COSTA RAMOS

– *O Direito à Não Auto-Inculpação (Nemo Tenetur se Ipsum Accusare) no Processo Penal e Contra-Ordenacional Português*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 9-37

DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO

– *Direito Processual Penal*, reimpressão da 1ª edição (1974), Coimbra Editora, Coimbra, 2004, pp. 58-73 e 239-266

– “Os princípios estruturantes do processo e a revisão de 1998 do Código de Processo Penal”, *in* RPCC, Ano 8, 2.º Fascículo, 1998, pp. 199-213

DUARTE, EURICO BALBINO

– “*Making of* – A reconstituição do facto no processo penal português”, *in* *Prova Criminal e Direito de defesa – Estudos sobre Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 53-67

GARRETT, FRANCISCO DE ALMEIDA

– “Sujeição do Arguido a Diligências de Prova e Outros Temas”, *Fronteira do Caos* Editores, 2007, pp. 7-69

GASPAR, ANTÓNIO DA SILVA HENRIQUES, JOSÉ ANTÓNIO HENRIQUES DOS SANTOS CABRAL, EDUARDO MAIA COSTA, ANTÓNIO JORGE DE OLIVEIRA MENDES, ANTÓNIO PEREIRA MADEIRA, ANTÓNIO PIRES HENRIQUES DA GRAÇA

– *Código de Processo Penal Comentado*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 486-507 e 1119-1125

GONÇALVES, MANUEL LOPES MAIA

– *Código de Processo Penal Anotado*, 17.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 357-360 e 805-813

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO

– *Código de Processo Penal, Comentários e notas práticas*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 348-350 e 891-900

MENEZES, SOFIA SARAIVA DE

– “O direito ao silêncio: a verdade por detrás do mito”, in *Prova Criminal e Direito de defesa – Estudos sobre Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 117-136

MESQUITA, PAULO DÁ

– *A prova do crime e o que se disse antes do julgamento*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 461-673

NEVES, ANTÓNIO CASTANHEIRA

– *Sumários de processo criminal*, Coimbra Editora, Coimbra, 1968, p. 161-179



FILIPA ROMANO

PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA

– “Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa”, *in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Volume III, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 1041-1088

– “Razão e finalidade na revisão de 2013 do Código de processo penal), *in Themis*, Ano 13, nº 24/25, 2013, pp. 181-199

RIBEIRO, VINÍCIO A. P.

– *Código de Processo Penal, Notas e Comentários*, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 364-372 e 979-992

S.A.

– “O silêncio do arguido”, *in Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 68, 2010, p. 12

SANTOS, M. SIMAS E M. LEAL-HENRIQUES

– *Código de Processo Penal Anotado*, volume I, 2.<sup>a</sup> edição, Rei dos Livros, Lisboa, 2004, pp. 712-718

SANTOS, M. SIMAS E M. LEAL-HENRIQUES

– *Código de Processo Penal Anotado*, volume II, 2.<sup>a</sup> edição, Rei dos Livros, Lisboa, 2000, pp. 397-411

SILVA, GERMANO MARQUES DA

– *Curso de Processo Penal*, volume II, 5.<sup>a</sup> edição, Verbo, Lisboa, 2011, pp. 221-223 e 230-232

SILVA, SANDRA OLIVEIRA E

– “Legalidade da prova e provas proibidas”, *in RPCC*, Ano 21, n.º 4, 2011, pp. 545-591

TEIXEIRA, CARLOS ADÉRITO

– “Depoimento indirecto e arguido”, *in Revista do CEJ*, n.º 2, 2005, pp. 127-191

## Lista de Jurisprudência

(Salvo indicação em contrário, disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt))

### Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça

1. Ac. do STJ, de 08.01.2014, Processo n.º 124/10.6JBLSB.E1.S1, Relator: Manuel Braz
2. Ac. do STJ, de 12.12.2013, Processo n.º 292/11.0JAFAR.E1.S1, Relator: Santos Cabral
3. Ac. do STJ, de 27.06.2012, Processo n.º 127/10.0JABRG.G2.S1, Relator: Santos Cabral
4. Ac. do STJ, de 28.09.2011, Processo n.º 172/07.3GDEV.R.E2.S2, Relator: Raul Borges
5. Ac. do STJ, de 03.03.2010, Processo n.º 886/07.8PSLSB.L1.S1, Relator: Santos Cabral
6. Ac. do STJ, de 15.02.2007, Processo n.º 06P4593, Relator: Maia Costa
7. Ac. do STJ, de 14.06.2006, Processo n.º 06P1574, Relator: Silva Flor
8. Ac. do STJ, de 20.04.2006, Processo n.º 06P363, Relator: Rodrigues da Costa
9. Ac. do STJ, de 30.03.2005, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 2005, pp. 126-127, Processo n.º 552/05 - 3.ª Secção, Relator: Silva Flor

10. Ac. do STJ, de 23.02.2005, *in CJ (STJ)*, Ano XIII, Tomo I, pp. 210 e ss.
11. Ac. do STJ, de 05.01.2005, Processo n.º 04P3276, Relator: Henriques Gaspar
12. Ac. do STJ, de 17.11.2004, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 2004, p. 66, Processo n.º 225/04 - 3.ª Secção, Relator: Soreto de Barros
13. Ac. do STJ, de 22.04.2004, Processo n.º 04P902, Relator: Pereira Madeira
14. Ac. do STJ, de 09.07.2003, Processo n.º 03P615, Relator: Armando Leandro
15. Ac. do STJ, de 08.01.2003, Processo n.º 02P4081, Relator: Lourenço Martins
16. Ac. do STJ, de 20.11.2002, *in CJ (STJ)*, Ano X, Tomo III, pp. 232 e ss.
17. Ac. do STJ, de 03.10.2002, Processo n.º 02P2804, Relator: Pereira Madeira
18. Ac. do STJ, de 30.10.2001, Processo n.º 01P2630, Relator: Armando Leandro
19. Ac. do STJ, de 11.07.2001, *in CJ (STJ)*, Ano IX, Tomo III, pp. 166 e ss.
20. Ac. do STJ, de 30.05.2001, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 2001, pp. 136-137, Processo n.º 1405/01 - 3.ª Secção, Relator: Lourenço Martins
21. Ac. do STJ, de 07.02.2001, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 2001, pp. 37, Processo n.º 4/00 - 3.ª Secção, Relator: Virgílio Oliveira
22. Ac. do STJ, de 10.01.2001, Processo n.º 00P2539, Relator: Leal Henriques
23. Ac. do STJ, de 15.11.2000, *in CJ (STJ)*, Ano VIII, Tomo III, pp. 216 e ss.

24. Ac. do STJ, de 13.05.1999, Processo n.º 99P201, Relator: Hugo Lopes
25. Ac. do STJ, de 21.01.1999, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1999, pp. 17-18, Processo n.º 1097/98 - 3.ª Secção, Relator: Dinis Alves
26. Ac. do STJ, de 30.09.1998, *in BMJ*, n.º 479, pp. 414 e ss.
27. Ac. do STJ, de 27.05.1998, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1998, p. 165, Processo n.º 353/98 - 3.ª Secção, Relator: Augusto Alves
28. Ac. do STJ, de 20.05.1998, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1998, pp. 152-153, Processo n.º 341/98 - 3.ª Secção, Relator: Virgílio Oliveira
29. Ac. do STJ, de 25.09.1997, *in BMJ*, n.º 469, pp. 351 e ss.
30. Ac. do STJ, de 22.05.1997, Processo n.º 97P152, Relator: Abranches Martins
31. Ac. do STJ, de 22.01.1997, Processo n.º 96P1022, Relator: Joaquim Dias
32. Ac. do STJ, de 11.12.1996, *in BMJ*, n.º 462, pp. 299 e ss.
33. Ac. do STJ, de 30.10.1996, *in BMJ*, n.º 460, pp. 425 e ss.
34. Ac. do STJ, de 24.10.1996, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1996, pp. 132-133, Processo n.º 756/96 - 3.ª Secção, Relator: Sousa Guedes
35. Ac. do STJ, de 09.10.1996, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1996, p. 112, Processo n.º 521/96 - 3.ª Secção, Relator: Lopes Rocha
36. Ac. do STJ, de 16.05.1996, [www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios](http://www.stj.pt/jurisprudencia/sumarios), Criminal – Ano de 1996, p. 37, Processo n.º 230/96 - 3.ª Secção, Relator: Sousa Guedes

37. Ac. do STJ, de 29.06.1995, Processo n.º 047919, Relator: Araujo dos Santos
38. Ac. do STJ, de 29.03.1995, *in BMJ*, n.º 445, pp. 279 e ss.
39. Ac. do STJ, de 30.06.1994, Processo n.º 045271, Relator: Sousa Guedes
40. Ac. do STJ, de 22.04.1993, Processo n.º 043279, Relator: Cardoso Bastos
41. Ac. do STJ, de 24.02.1993, *in CJ (STJ)*, Ano I, Tomo I, pp. 202 e ss.
42. Ac. do STJ, de 07.10.1992, Processo n.º 042849, Relator: Noel Pinto
43. Ac. do STJ, de 25.06.1992, Processo n.º 042649, Relator: Lopes de Melo
44. Ac. do STJ, de 20.05.1992, *in BMJ*, n.º 417, pp. 606 e ss.
45. Ac. do STJ, de 13.05.1992, *in BMJ*, n.º 417, pp. 592 e ss.
46. Ac. do STJ, de 29.01.1992, *in CJ*, Ano XVII, Tomo I, pp. 20 e ss.

#### **Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra**

47. Ac. do TRC, de 18.06.2014, Processo n.º 356/12.2SAGR.D.C1, Relator: Jorge Dias
48. Ac. do TRC, de 11.09.2013, Processo n.º 71/11.4GCALD.C1, Relator: José Eduardo Martins
49. Ac. do TRC, de 10.07.2013, Processo n.º 39/12.3GDAND.C1, Relator: Fernanda Ventura

50. Ac. do TRC, de 26.06.2013, Processo n.º 220/11.2GBTND.C1, Relator: Correia Pinto

51. Ac. do TRC, de 19.06.2013, Processo n.º 57/11.9GAAGN.C1, Relator: Maria Pilar de Oliveira

52. Ac. do TRC, de 29.05.2013, Processo n.º 379/11.9GAVNO.C1, Relator: Isabel Valongo

53. Ac. do TRC, de 09.05.2012, Processo n.º 118/11.4PBCTB.C2, Relator: Alberto Mira

54. Ac. do TRC, de 21.03.2012, Processo n.º 417/10.2JACBR.C1, Relator: Belmiro Andrade

55. Ac. do TRC, de 12.01.2011, Processo n.º 17/09.0PECTB.C1, Relator: Jorge Jacob

56. Ac. do TRC, de 05.01.2011, Processo n.º 149/08.1GTGRD.C1, Relator: Orlando Gonçalves

57. Ac. do TRC, de 07.04.2010, Processo n.º 386/09.1TBNLS, Relator: Esteves Marques

58. Ac. do TRC, de 01.04.2009, Processo n.º 91/04.5PBCTB.C1, Relator: Fernando Ventura

59. Ac. do TRC, de 09.07.2008, Processo n.º 601/07.6GBCNT.C1, Relator: Jorge Dias

60. Ac. do TRC, de 02.04.2008, Processo n.º 1541/06.1PBAVR, Relator: Fernando Ventura

61. Ac. do TRC, de 16.01.2008, *in CJ*, Ano XXXIII, Tomo I, pp. 43 e ss.
62. Ac. do TRC, de 30.11.2005, Processo n.º 2847/05, Relator: Jorge Dias
63. Ac. do TRC, de 15.12.2004, *in CJ*, Ano XXIX, Tomo V, pp. 53 e ss.
64. Ac. do TRC, de 18.02.2004, Processo n.º 4302/03, Relator: Barreto do Carmo
65. Ac. do TRC, de 10.12.2003, Processo n.º 3138/03, Relator: Jorge Dias
66. Ac. do TRC, de 12.11.2003, Processo n.º 2050/03, Relator: Inácio Monteiro
67. Ac. do TRC, de 22.10.2003, Processo n.º 3054/03, Relator: Serafim Alexandre
68. Ac. do TRC, de 18.06.2003, *in CJ*, Ano XXVIII, Tomo III, pp. 51 e ss.

#### **Acórdãos do Tribunal da Relação de Évora**

69. Ac. do TRE, de 03.12.2014, Processo n.º 157/07.0GTBJA.E1, Relator: Martinho Cardoso
70. Ac. do TRE, de 21.10.2014, Processo n.º 40/11-4GTPTG.E2, Relator: João Gomes de Sousa
71. Ac. do TRE, de 02.07.2013, Processo n.º 106/08.8ECLSB.E1, Relator: Proença da Costa
72. Ac. do TRE, de 04.06.2013, Processo n.º 40/11-4GTPTG.E1, Relator: João Gomes de Sousa



73. Ac. do TRE, de 30.09.2008, Processo n.º 1357/08-1, Relator: Guilhermina Freitas

74. Ac. do TRE, de 02.03.2004, Processo n.º 1869/03-1, Relator: Sénio Alves

75. Ac. do TRE, de 13.01.2004, Processo n.º 2175/03-1, Relator: Manuel Nabais

76. Ac. do TRE, de 02.12.2003, Processo n.º 1405/03-1, Relator: Ribeiro Cardoso

#### **Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães**

77. Ac. do TRG, de 11.04.2011, Processo n.º 625/07.3GAEPS.G1, Relator: Tomé Branco

78. Ac. do TRG, de 29.03.2011, *in CJ*, Ano XXXVI, Tomo II, pp. 304 e ss.

79. Ac. do TRG, de 31.05.2010, Processo n.º 670/07PBGMR.G1, Relator: Cruz Bucho

80. Ac. do TRG, de 06.03.2008, *in CJ*, Ano XXXIII, Tomo II, pp. 296 e ss.

81. Ac. do TRG, de 04.06.2007, Processo n.º 2055/06-1.<sup>a</sup>, Relator: Fernando Monterroso

#### **Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa**

82. Ac. do TRL, de 29.05.2012, Processo n.º 53/09.6PHLSB.L1-5, Relator: Artur Vargues

83. Ac. do TRL, de 24.01.2012, Processo n.º 35/07.2PJAMD.L1-5, Relator: Neto de Moura

84. Ac. do TRL, de 03.05.2011, Processo n.º 146/09.0PHOER.L1-5, Relator: José Adriano

85. Ac. do TRL, de 29.04.2010, Processo n.º 1670/09.0YRLSB-9, Relator: Guilhermina Freitas

86. Ac. do TRL, de 30.03.2009, *in CJ*, Ano XXXIV, Tomo II, pp. 149 e ss.

#### **Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto**

87. Ac. do TRP, de 08.10.2014, Processo n.º 157/13.0GABTC.P1, Relator: Neto de Moura

88. Ac. do TRP, de 23.10.2013, Processo n.º 1167/11.8TAESP.P1, Relator: Neto de Moura

89. Ac. do TRP, de 17.04.2013, Processo n.º 59/11.5SFPRT.P1, Relator: José Carreto

90. Ac. do TRP, de 21.03.2013, Processo n.º 183/10.1GTVRL.P1, Relator: José Carreto

91. Ac. do TRP, de 13.06.2012, Processo n.º 1222/11.4JAPRT.P1, Relator: Coelho Vieira

92. Ac. do TRP, de 27.06.2012, Processo n.º 96/10.7GCVPA.P1, Relator: Ricardo Costa e Silva

93. Ac. do TRP, de 23.05.2012, Processo n.º 1939/10.0JAPRT.P1, Relator: José Carreto
94. Ac. do TRP, de 09.11.2011, Processo n.º 196/06.8GAMDB.P1, Relator: Vaz Pato
95. Ac. do TRP, de 05.05.2010, Processo n.º 219/08.6GAMDB.P1, Relator: Olga Maurício
96. Ac. do TRP, de 09.09.2009, Processo n.º 230/08.7PDVNG.P1, Relator: Ernesto Nascimento
97. Ac. do TRP, de 10.09.2008 Processo n.º 0844418, Relator: Olga Maurício
98. Ac. do TRP, de 27.02.2008, Processo n.º 0717017, Relator: João Ataíde
99. Ac. do TRP, de 12.12.2007, Processo n.º 0714692, Relator: Manuel Braz
100. Ac. do TRP, de 07.03.2007, Processo n.º 0646472, Relator: Isabel Pais Martins
101. Ac. do TRP, de 07.03.2007, Processo n.º 0642960, Relator: Isabel Pais Martins
102. Ac. do TRP, de 11.10.2000, *in CJ*, XXV, Tomo IV, pp. 231 e ss.

### **Acórdãos do Tribunal Constitucional**

103. Ac. do TC n.º 440/99, de 08.07.1999, Processo n.º 268/99, DRE, II Série, n.º 261, de 09.11.1999, pp. 16874 e ss.

104. Ac. do TC n.º 1052/96, de 11.07.1996, Processo n.º 321/96, DRE, II Série, n.º 297, de 24.12.1996, pp. 17720 e ss.

105. Ac. do TC n.º 213/94, de 02.03.1994, Processo n.º 719/92, DRE, II Série, n.º 194, de 23.08.1994, pp. 8641 e ss.